



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



VANESSA DE ALMEIDA LEITE

**UMA DESCRIÇÃO FUNCIONAL DAS
ORAÇÕES DE FINALIDADE**

**TRÊS LAGOAS – MS
2015**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
Av. Cap. Olinto Mancini, 1662, Colinos – UFMS – Campus I.
Fone: 0(XX) 67-3509-3425 – Fax: 0(XX) 67-3509-3424
79603-011 – Três Lagoas – MS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



VANESSA DE ALMEIDA LEITE

UMA DESCRIÇÃO FUNCIONAL DAS ORAÇÕES DE FINALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Taísa Peres de Oliveira

**TRÊS LAGOAS – MS
2015**



UMA DESCRIÇÃO FUNCIONAL DAS ORAÇÕES DE FINALIDADE

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dr.^a Taísa Peres de Oliveira
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

1º Examinador: Prof.^o Dr.^o Edson Rosa Francisco de Souza
(UNESP)

2º examinador: Prof.^a Dr.^a Solange de Carvalho Fortilli (UFMS)

1º Suplente: Prof.^a Dr.^a Joceli Catarina Stassi Se (UFSCar)

1º Suplente: Prof.^a Dr.^a Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS)

TRÊS LAGOAS/MS
2015

Saudosamente, à Elaine Magda de Almeida – in memoriam - sempre torceu por mim. A primogênita de minha mãe.

AGRADEÇO

Essencialmente a Deus pelo fôlego de vida, que nunca me deixou só, mesmo nos momentos de maior solidão. Ao Senhor que me olhou com amor, que plantou sonhos no meu coração e me deu forças para nunca desistir de lutar por todos eles.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Taísa Peres de Oliveira, pelo profissionalismo mantido durante todo o processo de minha orientação, pelas palavras firmes que serviram de fôlego quando eu pensava já não ter mais forças para continuar, pelas palavras de incentivo que me fizeram acreditar que poderia ir até o fim; a ela que foi, e é, uma referência acadêmica para mim.

Às Prof.^{as} Dr.^{as} Joceli Catarina Stassi Sé e Solange de Carvalho Fortilli pelas riquíssimas contribuições na qualificação que deram um norte de grande valia para a conclusão da dissertação; professoras que tiveram um olhar particular e muito atencioso em suas leituras.

À minha mãe, razão da minha luta diária em me manter longe lutando pelos meus sonhos; a ela que, com muitas dificuldades, formou-me de uma maneira ímpar, sonhou os meus sonhos e acreditou no meu potencial;

A minha família - pai, irmãos e sobrinhos - por sempre terem acreditado em mim e se alegrado com meus momentos de conquistas.

À minha amiga de mestrado Aline Fernanda Bueno, por todos os momentos de luta, por cada disciplina concluída, pelos Congressos proveitosos, pelas apresentações em que eu sempre ficava extremamente nervosa, pelas viagens. Por dividir comigo a bagagem da longa caminhada, pelas palavras de ânimo, de força, juntas aprendemos muita coisa. Tenho plena convicção de que Deus te escolheu a dedo para dividirmos todos esses momentos. Desejo-te sucesso.

Aos colegas do mestrado, em especial, à Gabriela Almeida por dividirmos nossos momentos de busca incessante e compartilharmos nossas dificuldades com palavras de ânimo e força.

Aos meus eternos amigos de Aquidauana que me apoiaram na minha decisão de sair da minha cidade em busca de um sonho: Adriana Tomicha pela torcida maior e pelo exemplo de devoção e confiança em Deus, uma líder de excelência, que esteve ao meu lado desde que o sonho não passava de um sonho, desde que os passos ainda eram vagarosos e não me deixou desistir e nem esmorecer; Rosimeire Oshiro e Daiéli Cavalheiro (companheiras de graduação) pelos votos de sucesso na minha nova caminhada. Claudinei Martins, meu amigo e admirador, nunca me deixou fraquejar; esteve ao meu lado, mesmo que distante, desde o início da minha longa caminhada.

Aos amigos conquistados em Três Lagoas, Elaine Silva, a pessoa mais amorosa que já conheci; aquela que não mediu esforços para orar comigo e me ouvir no momento mais difícil da minha estada aqui; Anderson Silva por se mostrar o amigo mais “feliz” me fazendo esquecer, mesmo que por alguns instantes, a saudade da família; Maria Lúcia Ascêncio por ter me proporcionado uma das experiências mais valiosas na vida profissional, pessoa solidária, com uma seriedade inigualável e com as melhores palavras para os momentos de conciliar vida profissional com vida particular, um exemplo.

Às famílias representadas pelas senhoras Aretheia Pellicioni, Anne Regina Garcia e Josiane Baptista, famílias que, sem dúvida, foram meu maior incentivo interior, foi com essas famílias que eu acreditei que poderia ir mais longe, pelo trabalho prestado a cada uma delas eu me dignifiquei e amadureci; pude contar com a compreensão nos meus dias de aula na graduação e pude me manter com os materiais requisitados pelo curso. Dessas famílias eu recebi confiança, apreço e muito incentivo;

fizeram parte da minha caminhada acadêmica e me desejaram votos de sucesso no mestrado, minhas palavras não seriam suficientes para meu eterno agradecimento, mas peço a Deus que retribua em abundância na vida de seus filhos e filhas, que eles voem alto e conquistem seus sonhos.

“A Língua é algo em funcionamento e ela é produtora das coisas”.

(NEVES, 2010)

RESUMO

LEITE, V. A. **Uma descrição funcional das orações de finalidade**. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015. (77p.) Dissertação de Mestrado. (Orientação: OLIVEIRA, T. P.)

O presente trabalho intitulado “Uma descrição funcional das orações de finalidade” tem como objeto as orações de finalidade introduzidas pelas locuções conjuntivas a fim de que e para que, pela locução prepositiva a fim de e pela preposição para em dados da língua falada e língua escrita do português do Brasil, em uma perspectiva funcional-descritiva. A oração adverbial final exprime a intenção, o objetivo e a finalidade da declaração expressa na oração principal ou oração nuclear. A análise descritiva centra-se na teoria funcionalista de diversos autores como Dik (1989), Hengeveld (1998), Hengeveld e Mackenzie (2008), Sweetser (1990), entre outros. As ocorrências dos dados da língua escrita e falada encontradas no Corpus do Português, disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>, analisam os seguintes parâmetros: (a) expediente formal usado na construção: preposição ou conjunção; (b) significado indicado pelo conector (para, para que, a fim de, a fim de que); (c) domínios semânticos sugeridos e estudados por Sweetser (1990): domínio de conteúdo ou domínio preditivo; domínio epistêmico e domínio de ato de fala ou pragmático; (d) função pragmática de tópico ou foco; (e) posição que as orações de finalidade ocupam em relação à oração principal: antepostas, pospostas ou intercaladas e (f) formas verbais que ocorrem na oração matriz e formas verbais que ocorrem na oração de propósito; tais análises são feitas dentro das estruturas formais, semânticas e discursivo-pragmáticas. Este trabalho pretende constatar como os falantes de uma língua em comum usam a interação verbal de modo que seja bem sucedida conforme suas intenções comunicativas. Pode-se concluir que as locuções conjuntivas “a fim de que” e “para que”, estão ajustadas como conjunção na função de finalidade e a locução prepositiva e preposição “a fim de” e “para” estão ajustadas como preposição na função de finalidade. As locuções conjuntivas se aproximam da função de finalidade estabelecendo de fato um fim; enquanto os demais conectores apenas estabelecem a conexão entre os períodos compostos de finalidade.

Palavras-chave: Funcionalismo, orações finais, locuções conjuntivas.

ABSTRACT

This study entitled "A functional description of the purpose statements" has as its object the purpose statements introduced by the conjunctive phrases *in order to* and *so that*, the prepositional phrase *in order to* and by the preposition *to* in data of spoken and written Portuguese language in Brazil, in a functional-descriptive perspective. The final adverbial sentence expresses the intent, the aim and purpose of the statement expressed in the main clause or nuclear sentence. Descriptive analysis focuses on functionalist theory of several authors as Dik (1989), Hengeveld (1998), Hengeveld and Mackenzie (2008), Sweetser (1990), among others. The occurrences of spoken and written language data found in the Corpus of Portuguese, available at: <<http://www.corpusdoportugues.org>>, analyze the following parameters: (a) formal device used in construction: preposition or conjunction; (b) meaning indicated by the connector (for, in order that, so that); (c) semantic dominances and suggested and studied by Sweetser (1990): content dominance or predictive dominance; epistemic dominance and act of speech or pragmatic dominance; (d) pragmatic function of topic or focus; (e) position that the purpose sentence occupy in relation to the main clause: prepended, postponed or interspersed and (f) verb forms which occur in matrix sentence and verb forms that occur in purpose statements ; such analysis are done within the formal, semantic and discourse-pragmatic structures. This paper intends to see how the speakers of a language in common use verbal interaction in order to be successful as their communicative intentions. It can be concluded that the conjunctive phrases "in order to " and " so that" are set as conjunction , working as a function and the prepositional phrase and preposition " in order to" and "to" are set as a preposition ,working as the purpose .The conjunctive phrases approach the function of purpose , establishing ,indeed, an end, while the other connectors just establish the connection between the compound periods of purpose.

Keywords: functionalism, final statements , conjunctive phrases.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: distribuição das construções finais por domínio.....	56
Tabela 2: distribuição das funções pragmáticas.....	59
Tabela 3: posição das orações finais.....	61
Tabela 4: tempo e modo verbal na oração “para que”.....	64
Tabela 5: tempo e modo verbal na oração “para”.....	65
Tabela 6: tempo e modo verbal na oração “a fim de que”.....	66
Tabela 7: tempo e modo verbal na oração “a fim de”.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2. EMBASAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
2.1. Caracterização do Funcionalismo	17
2.2. Incorporação do Funcionalismo ao Cognitivismo	19
2.3. Domínios de Sweetser	22
3. ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES	24
3.1. Articulação de orações na Gramática Tradicional.....	24
3.2. Articulação de orações na Teoria Funcional	29
3.3. Estudos funcionalistas das orações de finalidade	36
3.4. Aspectos pragmáticos, semânticos e formais das orações de finalidade.....	40
3.4.1. Aspectos pragmáticos	41
3.4.2. Aspectos semânticos	45
3.4.3. Aspectos formais	46
4. METODOLOGIA	47
5. ANÁLISE DOS DADOS	50
4.1. Expediente formal usado nas construções	53
4.2. Significado indicado pelo conector	54
4.3. Domínios semânticos de Sweetser	55
4.4. Função pragmática.....	59
4.5. Posição das orações de finalidade	61
4.6. Correlação modo-temporal das orações finais.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
6. REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

Neste trabalho analisam-se as orações adverbiais finais iniciadas pelas locuções conjuntivas *para que*, *a fim de que* e pela preposição *para* e pela locução prepositiva *a fim de*. A análise se faz sobre pressupostos teóricos funcionalistas como o de Neves (2002, 2011), Hengeveld (2008), Hengeveld e Mackenzie (2009), entre outros, que concebem a linguagem como um instrumento de interação social e analisam a relação entre linguagem e sociedade, buscando como interesse de investigação linguística a situação comunicativa como motivação para os fatos da língua.

A subordinação adverbial final é definida por autores como Bechara (2006) e Cunha & Cintra (2008) como a oração que exprime a intenção, o objetivo e a finalidade da declaração expressa na oração principal.

No campo dos estudos linguísticos, Neves (2011) mostra que as construções finais podem ser representadas pelas orações iniciadas por *para que*, tradicionalmente denominada locução conjuntiva, nesta forma: oração principal/para que/oração final. Observe-se a ocorrência (01):

(01) *Fazer projeto de lei na Câmara para que em cada regional a gente coloque uma escola de música, que forme uma banda ou um grupo artístico que pudesse fazer apresentações naquele espaço para seu bairro e região. Por exemplo reunir Pousada I, Pousada II, Vila São Paulo, Colina Verde e Gasparini, criar esse espaço e nele fazer uma produção que possa ser levada ao uma praça do Gasparini, do Vanuire e ir revezando. Mas não de graça, pagando para eles. É preciso dar um ganho para que essa criançada saia da rua, com uma profissão. Para essa profissionalização pretendo fechar convênios com a Escolinha da Rede, o Senai e ensinar um ofício rapidamente, seja costura industrial, serigrafia, mecânica de autos, ampliando o leque de conhecimento desses menores. JC - O senhor pretende incentivar algum segmento artístico em específico? A decoração de seu escritório é toda feita com grandes telas assinadas pela Lairana. Já seria uma demonstração de incentivo às artes plásticas? Izzo - Eu acho que esse incentivo é preciso (19Or:Br:Intrv:Cid)*

O objetivo geral deste trabalho é descrever as orações de finalidade em uma perspectiva funcional a partir de ocorrências reais da língua a fim de identificar as regularidades e as diferenças das relações expressas por essas conjunções e preposições.

A hipótese principal das descrições das orações de finalidades é a de que diferentes formulações pragmáticas e semânticas são expressas por três padrões morfossintáticos a saber:

a) oração principal | oração finalidade

- Trabalhamos para conseguir a presidência. (19Or:Br:Intrv:Cid)

b) oração finalidade | oração principal

- Para que essa decisão se modifique é preciso uma prova muito forte.

(19Or:Br:Intrv:ISP)

c) oração principal | oração finalidade | oração principal

- Eu, para atravessar, sempre olho o sinal.

A oração de finalidade prototípica tem um papel mais relevante no Domínio de Conteúdo com a função semântica de finalidade, como é o caso dos exemplos:

- Nós reduzimos as operações para que todas as empresas ficassem dentro desse limite. (19Or:Br:Intrv:Pov)

- Citam a as figuras mitológicas de modo que alguma coisa eles conhecem.

(19Or:Br:LF:Recf)

Ambas as formulações são expressas no domínio de conteúdo por meio de uma Expressão linguística formada por uma oração principal e uma dependente na posposição.

Em outro padrão de ocorrência, as orações de finalidade podem realizar um Domínio Epistêmico com função pragmática de tópico:

- Para o João passar vai ter que estudar.

Nesse caso, as orações de finalidades são expressas por orações subordinadas, na preposição, posição inicial no interior da Expressão linguística, e podem ser representadas pela seguinte estrutura:

E podem ainda atuar como Domínio Pragmático:

- *Para falar apenas na minha área*, existem parcerias já insinuadas pela Shell.

(19Or:Br:Intrv:Com)

- Eu, para atravessar, sempre olho o sinal.

Nesses casos, a oração de finalidade tanto pode ser expressa por uma oração subordinada na preposição, tal como especificado anteriormente, como pode ser expressa por uma Expressão Linguística em que a oração dependente está intercalada.

A proposta dessa dissertação seguem os seguintes parâmetros de análise:

1) identificar expediente formal usado na construção: preposição ou conjunção, o que vai indicar o grau de integração da oração de finalidade;

2) verificar o significado indicado pelo conector (para, para que, a fim de, a fim de que);

3) verificar a ocorrência das construções finais em três domínios semânticos sugeridos e estudados por Sweetser (1990): domínio de conteúdo ou domínio preditivo; domínio epistêmico e domínio de ato de fala ou pragmático;

4) verificar se há função pragmática de tópico ou foco;

5) verificar a posição que as orações de finalidade ocupam em relação à oração principal: antepostas, pospostas ou intercaladas;

6) verificar as formas verbais que ocorrem na oração matriz e na oração de propósito;

Para a descrição das orações de finalidade foram considerados apenas os textos do Português escrito do Brasil nos séculos XIX e XX. Os dados que compõem o *corpus* desta pesquisa foram coletados na página (www.corpusdoportugues.org) que permite a pesquisa de aproximadamente 45 milhões de palavras de quase 57 mil textos em português do século XIV ao século XX.

Esta dissertação está organizada do seguinte modo. O capítulo II apresenta a fundamentação teórica do trabalho, em que se discute a visão geral da teoria Funcionalista bem como os principais aspectos teóricos do Funcionalismo que se relacionam neste trabalho. Na sequência tem-se a integração do Funcionalismo com o Cognitivismo e uma última seção que apresenta os domínios semânticos de Sweetser. O capítulo III apresenta a articulação das orações adverbiais finais na Gramática Tradicional e na Gramática Funcional considerando que esse embasamento é importante e necessário para o direcionamento do estudo. Ainda nesse capítulo tem-se o enfoque de estudos funcionalistas feitos por diversos autores; na última seção deste capítulo é feita a descrição das conjunções e orações de finalidade abordando procedimentos pragmáticos, semânticos e formais. O capítulo IV apresenta a Metodologia, com orientações concernentes ao corpus, parâmetros de análises e demais proposições apresentadas no trabalho. O capítulo V apresenta a análise dos resultados obtidos através do corpus utilizado e dos parâmetros propostos. O capítulo VI traz as considerações finais do trabalho.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, organizado em três seções, apresentam-se os fundamentos teóricos que embasam este trabalho. Primeiramente serão expostos alguns dos conceitos básicos da corrente funcionalista. Em seguida, discute-se a relação da teoria funcionalista com a teoria cognitivista e por fim demonstram-se os domínios de Sweetser.

2.1 Caracterização do Funcionalismo

Historicamente, pode-se afirmar que o funcionalismo teve seu início a partir do século XX com a proposta do Círculo Linguístico de Praga (CLP). Na Escola de Praga as bases para a ascensão do funcionalismo foram impulsionadas por meio dos estudos em grupos que tratavam, de modo geral, da concepção de linguagem. As teorias do Círculo Linguístico de Praga estão documentadas nos *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, formados em oito volumes que foram editados entre 1929 e 1938.

A ligação do funcionalismo com os estudos do CLP parte da concepção de linguagem admitida por ambos – sistema de comunicação, preocupando-se com os usos e funções da linguagem. É interessante destacar que o termo linguagem para os linguistas é definido como sendo a capacidade que o ser humano possui de se comunicar por meio de línguas. Nessa visão, a linguagem se apresenta indispensável para a vida social, para tanto se faz diversificada nos grupos sociais e, assim como há a evolução cultural, fica evidente também a transformação das línguas por conta das mudanças estruturais sociais.

A teoria funcionalista é uma corrente linguística que tem como característica a proposta de analisar as estruturas linguísticas considerando o aspecto funcional da linguagem, observando a similaridade entre a estrutura gramatical das línguas e os diversos contextos comunicativos em que elas são usadas e, se opõe ao enfoque puramente formalista, tendo como principal oposição a teoria Gerativista desenvolvida por Chomsky, mantendo, também, certo grau de oposição com a teoria Estruturalista.

A linguagem é compreendida pelos funcionalistas como um mecanismo, um recurso de interação social, de convívio entre indivíduos que participam de um mesmo grupo determinado na sociedade. O interesse da pesquisa linguística no funcionalismo não se trata apenas em observar a estrutura gramatical; para respaldar os acontecimentos

da língua a pesquisa funcionalista vai além e busca nos meios de comunicação entre todos seus envolvidos a explicação para isso. Ao nos atentarmos para o fato de que o interesse da pesquisa linguística está no contexto da comunicação entre os envolvidos no ato, podemos apresentar os seguintes exemplos, vistos também em Martellota (1996), para percepção desse fato nos acontecimentos da língua:

- a) Você é preguiçoso.
- b) Preguiçoso é você.

Na teoria funcionalista para explicar a escolha de uma ou outra oração a ser usada pelo falante não seria suficiente apenas a condição sintática, teríamos que ir além da sintaxe para explicar que a oração em “a” sendo apenas uma afirmação muda seu sentido em “b” que passa a apresentar uma inversão, colocando o adjetivo “preguiçoso” no início da frase. Essa mudança de ordem só apresenta sentido observada no contexto em que a comunicação está acontecendo, pois há uma motivação para que o falante forme a oração no modo como ela se apresenta. Diante desse fato, a análise funcionalista empenha-se em trabalhar com dados que acontecem, de fato, na real situação da escrita fazendo com que o falante se adapte às variadas situações comunicativas.

Na visão funcionalista, o objetivo básico do linguista é investigar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os variados contextos comunicativos de seu uso, ou seja, essa corrente linguística faz uso das noções funcionais da linguagem para descrever os diferentes níveis de estruturação linguística.

Butler afirma que:

a concepção básica no funcionalismo está fundamentada no fato de que a língua é usada como meio de comunicação humana em contextos culturais e psicológicos e esse fato determina o entendimento de como a língua é estruturada. (BUTLER, 2003)

O funcionalismo se preocupa, então, em analisar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diversos contextos de comunicação em que elas são usadas. Nesse contexto, a linguagem é entendida como um instrumento de interação social e o interesse da análise não se reduz apenas à verificação das estruturas gramaticais, mas busca-se no ato de comunicação o fundamento para os fatos da língua, demonstrando como a estrutura da língua se molda ao contexto de uso. Portanto, a função comunicativa só será analisada e entendida no ato da comunicação e de acordo com seus interlocutores. É fato que as estruturas linguísticas devem ser descritas considerando sua

configuração sintático-semântica. No entanto, somente no contexto é que se encontram bases funcionais para explicar as motivações das diversas estruturas, sendo que as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico. Assim, a essência do funcionalismo é investigar a regularização linguística a partir do estudo de dados reais da língua.

O princípio martinetiano da pertinência comunicativa: o objeto da análise é a língua real, de falantes reais, em situações reais. Com isso, o que se objetiva é analisar como os falantes se comunicam de forma eficaz.

Uma importante característica do funcionalismo é o entendimento de que a linguagem não consiste numa capacidade isolada, mas sim forma parte de um grupo múltiplo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas integradas. Assim, uma vez que a linguagem é vista como um instrumento de comunicação e interação social, a língua é observada como objeto de estudo em seu uso real.

No viés funcionalista não se deve considerar apenas os aspectos fonológico, morfológico e sintático ligados ao nível formal da língua, mas também os níveis semânticos e pragmáticos. O sistema pragmático direciona, coordena, a interação verbal o nível semântico, por sua vez, além de ter uma ligação com os níveis formais da língua, está direcionado às expressões linguísticas que são utilizados como instrumento comunicativo. Percebe-se, assim, que a pragmática está unida à semântica, e juntas tornam-se o eixo central da gramática. De acordo com Halliday (1985), a gramática funcional é vista como uma gramática natural, pois ela explica-se com referência no modo como a língua é usada.

2.2 Incorporação do Funcionalismo com o Cognitismo

A Linguística Cognitiva (LG) é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.

Nesse sentido, a Linguística Funcional Cognitivista estuda as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização

linguística (iconicidade e naturalidade), e a interface conceptual entre sintaxe e semântica, considerada a base pragmática e ligada à experiência da linguagem no uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais).

Em Martelotta (2008) registra-se o termo ‘cognitivo-funcional’ para designar um conjunto de propostas teórico-metodológicas que caracterizam algumas escolas de natureza relativamente distinta, que, adotando princípios distintos dos que caracterizam o formalismo gerativista, apresentam alguns pontos em comum:

- a) Observam o uso da língua considerando-o fundamental para a natureza da linguagem;
- b) Observam não apenas o nível da frase, analisando, sobretudo, o texto e o diálogo;
- c) Tem uma visão da dinâmica das línguas, ou seja, focalizam a criatividade do falante para adaptar as estruturas linguísticas aos diferentes contextos de comunicação;
- d) Consideram que a linguagem reflete um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas, integradas com o resto da psicologia humana, isto é, sua estrutura é consequente de processos gerais de pensamentos que os indivíduos elaboram ao criarem significados em situações de interação com outros indivíduos.

A partir desses pontos em comum, pode-se afirmar, em linhas gerais, que a gramática cognitivo-funcional alarga o propósito dos estudos linguísticos para além dos fenômenos estruturais e que, portanto, seu ponto de vista é distinto. Esse tipo de gramática analisa a estrutura gramatical em conjunto com toda a situação de comunicação: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

Conforme essa concepção, a situação comunicativa motiva a estrutura gramatical, o que significa que uma abordagem estrutural ou formal não é apenas limitada a dados artificiais, mas inadequada como análise estrutural. Isso significa que, segundo essa concepção de gramática, não se pode analisar a competência como algo distinto do desempenho, ou, nos termos funcionalistas, a gramática não pode ser vista como independente do uso concreto da língua.

De acordo com Silva (1995), a Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem que leva em consideração o conhecimento em ligação com a experiência humana do mundo. Ou seja, as unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autónomas, mas como manifestações de capacidades

cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.

Ao analisarmos a teoria funcionalista e a teoria cognitivista individualmente podemos perceber que elas têm muitas coisas em comum; por exemplo: ambas compreendem que a análise linguística é mais eficaz quando se observa o dado a ser analisado dentro, ou no momento de comunicação, ambas observam que há uma correspondência entre a estrutura da língua e o momento de uso da mesma no ato da comunicação, acreditam que deva haver a inclusão da semântica e da pragmática nas análises das estruturas e a conjectura mais simples entre ambas é a não aceitação da autonomia da sintaxe. Desse modo, de acordo com Cezario e Furtado da Cunha (2013), vê-se a gramática como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua, podendo, assim, ser afetada pelo uso linguístico. Indo mais além, Taylor (1998) e Furtado da Cunha (2003) deixam claro que o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem os mesmos princípios, fala-se, pois de categorização conceptual e categorização linguística. Assim, a associação entre ambas as teorias mostra que elas compartilham e fortalecem os mesmos pressupostos de tal modo que se completam, não no sentido de estar faltando em uma ou outra, mas no sentido de se consolidarem nos mesmos embasamentos. Bybee (2010) reforça essa teoria ao discutir a categorização como um processo cognitivo mais básico, através do qual as unidades da língua, seus significados e suas formas são constituídos.

Ao analisar a relação entre as teorias funcional e cognitiva, vemos que no seu contexto, no ato da comunicação a representação para esses fatos dar-se-á, como afirma Bybee (2010), com base nas funções semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas. Portanto, ao descrever a língua baseada no uso é de extrema importância se atentar para o nível e condição do contexto de comunicação em que o determinado uso está inserido. Para Bybee (2010), a língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em permanente urgência de necessidades cognitivas. Portanto, dentro de seu contexto de uso a língua, em forma, passa por mudanças assumindo novas funções, ou em outros casos mantem-se estável, sendo que, ao observar essa relatividade da estabilidade da língua podemos encontrar aí suposições para as codificações morfossintáticas.

2.3 Domínios de Sweetser

Ao relacionar o estudo de Sweetser (1990), sob a visão cognitivista, vemos que a autora expõe de forma significativa sua análise acerca do fenômeno da condicionalidade. O objetivo da autora é elucidar o leitor acerca da funcionalidade das condicionais, e, assim, levá-lo a uma compreensão mais adequada deste fenômeno. Sweetser estuda a ocorrência de construções condicionais em três domínios específicos: conteúdo, epistêmico e pragmático. O primeiro reporta-se a condicionais que se referem a domínios de causa e efeito; o segundo é atribuído a condicionais que requerem certo conhecimento prévio acerca do evento proposto e, finalmente, o terceiro está relacionado a condicionais que demonstram certo grau de polidez na fala.

No domínio do conteúdo, estabelece-se uma relação causal entre eventos, ou estado de coisa, do mundo descrito; se refere ao mundo físico, real. É a partir desse domínio que, em função de suas experiências físicas, como as sensório-motoras, o falante elabora novos significados, graças à capacidade imaginativa de sua mente.

Nas construções de conteúdo, Sweetser entende que existe um conjunto de fatores que possibilita a interpretação semântica de causa, considerando-se as circunstâncias em que um evento descrito na prótase é entendido como o que causa ou o que possibilita a realização do evento descrito na apódose. Desse modo, de acordo como o estudo das condicionais denominadas de conteúdo desvincula-se da “concepção semântica clássica, segundo a qual a significação corresponde às condições de verificação de uma enunciação” (SALOMÃO, 1997, p. 25).

No caso dos domínios epistêmicos, a relação de causalidade estabelece-se a partir do evento descrito na prótase, que atua como condição suficiente para que se conclua a validade da proposição expressa na apódose; se refere ao raciocínio, como no exemplo “Se John foi àquela festa, ele estava tentando enfurecer Miriam” (*If John went to that party, (then) he was trying to infuriate Miriam*). Nesse exemplo, o conhecimento de algo relatado na prótase causa a conclusão revelada na apódose, evidenciando que, na linguagem, a interpretação da condicional epistêmica supõe um tipo de conexão cuja natureza torna possível determinado raciocínio, considerando a relação entre o conhecimento e a conclusão sobre algo.

No domínio pragmático (ou condicional de ato de fala), o ato de fala realiza-se condicionalmente na apódose, a partir do evento descrito na prótase; se refere à conversação.

Para analisar esse tipo de condicional, Sweetser (*Idem*, p. 118) apresenta os seguintes exemplos: “Se eu posso dizer isso, essa é uma idéia louca.” (*If I may say so, that’s a crasy idea.*) e “Se ainda não lhe pedi para fazê-lo, por favor assine o livro de registro antes de ir.” (*If haven’t already asked you to do so, please sign the guest book before you go*). Nessas construções o que está expresso na prótase influencia ou possibilita a realização do ato de fala que se configura na apódose.

Em “If may say so, that’s a crasy idea.”, estabelece-se uma opinião condicionada à permissão do ouvinte e, em “If haven’t already asked you to do so, please sign the guest book before you go.”, é estabelecido um pedido caso a ação ainda não tenha sido realizada. A prótase manifesta uma relação de polidez, logo evita a aceitação imposta de uma opinião. Sweetser diz ainda que a prótase pretende opinar condicionalmente sobre a permissão do ouvinte, por isso este seria um recurso interativo.

Deve-se destacar que a apresentação do estudo de Sweetser acima serviu de embasamento e direcionamento para descrever os mesmos domínios direcionados para as orações de finalidade, que são o objeto deste estudo.

III – ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Antes de tratarmos da ocorrência linguística que trata das orações de finalidade, são necessários alguns traços sobre o processo de articulação de orações, tanto sob o olhar da gramática tradicional quanto sob o olhar da linguística funcional.

Nos últimos anos, a relação coordenação / subordinação tem sido questionada tanto em trabalhos de Semântica Argumentativa (Ducrot, 1972/1977 e 1984/1987) quanto em trabalhos de cunho funcionalista. Neves (2001 e 2002) e Braga (2001), na linha de Lehmann 1988, reconhecem nos processos de articulação de orações um *continuum* que vai da parataxe, passa pela hipotaxe e culmina com a subordinação, ligando o eixo da dependência semântica com o eixo da integração sintática, como se segue:

- parataxe (– dependência semântica; – encaixamento);
- hipotaxe (+ dependência semântica, – encaixamento);
- subordinação (+ dependência semântica; + encaixamento).

Nesse *continuum*, teríamos desde articulações processadas com um grau mínimo (ou mesmo grau zero) de dependência e de integração até articulações em que a dependência e a integração atingiriam o grau máximo. Dito de outro modo, entre as articulações entendidas como processo de coordenação (com orações do mesmo status funcional) e as estruturas consideradas como processo de subordinação por encaixamento poderíamos evidenciar uma relação de dependência entre uma oração-satélite, adjunta, secundária e uma oração-núcleo, situada num nível mais alto da hierarquia frasal. Nesse espaço intermediário, com algum grau de dependência e integração, mas sem encaixamento, é que estariam as subordinadas adverbiais da tradição gramatical.

Nesse sentido, evidenciamos agora uma breve revisão bibliográfica acerca dos processos de articulação de orações, tradicionalmente conhecidos como subordinação e retratamos uma perspectiva, de base funcionalista, para a concepção de tal processo.

3.1 A articulação de orações na Gramática Tradicional

Uma análise de diversos manuais da gramática tradicional da língua portuguesa aponta para uma concentração de opiniões acerca do que se entende por subordinação. É unânime a definição de subordinação como um processo puramente sintático, em que

ocorre uma relação de união entre as orações ditas principal e subordinada, estando esta inserida naquela.

Para a gramática tradicional, a oração subordinada exerce, no período composto, uma função sintática em relação à oração principal. Para que haja essa relação, a língua possui uma série de mecanismos de conexão entre as orações; tais mecanismos podem ora exercer função sintática distinta, como é o caso dos pronomes relativos, e ora possuir função juntamente com a oração que encabeçam, como é o caso das conjunções.

Cunha & Cintra (2001, p. 598) consideram que as orações subordinadas são orações que não possuem autonomia gramatical, funcionam sempre como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, isto é, o período composto por subordinação equivale a um período simples, a única diferença é que os termos que o compõem são representados por orações.

Rocha Lima (2001, p. 261) considera que no período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras. Considera-as como dependentes porque cada uma delas tem seu papel como um dos termos da oração principal. Tais orações figurarão, portanto, ora com funções próprias do substantivo, ora com funções próprias do adjetivo e ora com funções próprias do advérbio.

As orações podem ser classificadas como substantivas, adjetivas ou adverbiais, segundo sua função, e como desenvolvidas, reduzidas ou justapostas, segundo sua forma. O autor considera como desenvolvidas aquelas que trazem os verbos na forma finita e são encabeçadas por conjunção, pronome relativo, ou por pronomes ou advérbios interrogativos (no caso da interrogação indireta), caso de interpretação controversa entre os gramáticos. Como reduzidas (ou implícitas), Rocha Lima (2001) considera aquelas que têm o verbo numa das formas infinitas ou nominais e, como justapostas, considera aquelas que se ligam à oração principal sem a mediação de um conectivo, tendo a forma de uma oração independente.

Luft (2000, p. 48-53) afirma que subordinada é aquela que depende de uma principal. É uma oração regida por outra, ou por um termo desta. Onde há uma oração subordinada há também uma principal; são termos correlativos: não há principal sem subordinada, nem subordinada sem principal. O autor ressalta, portanto, a interdependência entre a oração principal e a sua subordinada; para ele, não é apenas a oração subordinada que é dependente, mas também a sua principal.

Essa relação de dependência é ressaltada também por Melo (1978, p. 148) que afirma que a subordinação é a relação de dependência entre as funções sintáticas. Em toda oração normalmente constituída há necessariamente pelo menos um elo subordinativo, o que prende ao sujeito o predicado. Oração subordinada é aquela que exerce em outra uma função ou subfunção, e que por isso não tem autonomia, não vale por si, é parte de outra oração, chamada *principal*. O autor alerta, ainda, para a necessidade de haver um elo responsável pela conexão entre sujeito e predicado.

Por fim, Kury (2003:63) define o período composto por subordinação como aquele que possui uma oração principal e uma ou mais orações subordinadas dependentes dela. Para ele, pode haver também um período em que não haja uma oração principal, mas um vocativo em seu lugar.

Como podemos verificar, apesar das diversas semelhanças, as definições dadas ao processo de subordinação variam substancialmente. Kury (2003), por exemplo, é o único gramático a fazer referência à possibilidade de haver subordinação de uma oração a um vocativo. Alguns outros preferem apenas mencionar o processo sem, no entanto, defini-lo.

Um ponto pacífico entre os gramáticos tradicionais é o fato de preceituarem que a subordinação é definida em termos de dependência sintática, uma vez que a oração subordinada consiste num termo que exerce função em uma oração dita principal. Levam em conta também a semântica, pois afirmam que a oração subordinada não tem sentido completo sem a oração principal.

Sendo assim, os critérios semântico e sintático estão presentes na maioria das definições apresentadas anteriormente, mas estes critérios não se apresentam explicitados objetivamente, havendo certa flutuação entre definições pautadas ora no critério semântico, ora no critério sintático, o que pode ser extremamente perigoso, podendo confundir os que delas se utilizam, dificultando uma análise gramatical mais criteriosa e sistemática.

Azeredo (2003) aborda o conceito de subordinação juntamente com o de coordenação, enfatizando a necessidade de diferenciarmos uma definição baseada em critérios semânticos de uma baseada em critérios sintáticos. O autor afirma que:

Subordinação e coordenação não correspondem sempre a conceitos claros e inconfundíveis. Tradicionalmente é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta definição nada esclarece até que se defina a

natureza dessa dependência que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido. (Azeredo 2003, p. 50).

Outros estudiosos divergem da classificação adotada pela gramática tradicional, dentre eles estão Abreu (1994), Castilho (2004) e Perini (2000). Tais autores apresentam perspectivas diferentes de análise em relação às orações subordinadas.

Abreu (1994) define os processos de relação entre as orações como *articulação sintática*, pois esse termo solucionaria os casos em que a diferenciação entre coordenação e subordinação é problemática. Essa articulação sintática poderia ser, segundo Abreu (1994, p.22), de cinco tipos:

(1) Articulação sintática de oposição - incluiria os casos de coordenação adversativa e subordinação adverbial concessiva;

(2) Articulação sintática de causa - grupo que abriga as orações subordinadas adverbiais de causa;

(3) Articulação sintática de condição - papel reservado às orações subordinadas adverbiais condicionais;

(4) Articulação sintática de fim - casos que possuem articuladores sintáticos de fim;

(5) Articulação sintática de conclusão - incluiria as orações com articuladores sintáticos como: *logo, portanto, então, assim, por isso, por conseguinte*, entre outros.

Castilho (2004, p. 131), procurando descrever os usos da língua portuguesa, descarta a noção de período composto e, em seu lugar, usa a noção de sentença complexa. Esse tipo de sentença seria aquela formada por uma sentença matriz além de outras sentenças encaixadas ou não. Entende-se como sentença matriz aquela que é a geradora da dependência, o elemento modificado pelo elemento subordinado.

A partir da observação das sentenças complexas, Castilho (2004) investiga três tipos de relação intersentencial: estruturas independentes (ou coordenadas), estruturas dependentes (ou subordinadas) e estruturas interdependentes (ou correlatas), classificando as sentenças complexas com base em cinco parâmetros:

(1) Sentenças complexas estruturadas por justaposição - as sentenças se relacionam sem que haja nenhum nexos conjuncional;

(2) Sentenças complexas estruturadas por coordenação - há uma relação de independência entre as sentenças, mas uma se liga à outra através de nexos conjuncionais;

(3) Sentenças complexas estruturadas por encaixamento - são as sentenças que se apresentam encaixadas umas às outras. Dividem-se em:

a) subordinadas substantivas: aquelas cujo encaixamento ocorreu no sintagma verbal da oração matriz, estabelecendo uma relação argumental entre eles;

b) subordinadas adjetivas (relativas): aquelas que estabelecem uma relação de expansão, pois o encaixamento se dá no sintagma nominal da oração matriz;

(4) Sentenças complexas estruturadas sem encaixamento - são as que se relacionam por meio de adjunção, como as orações subordinadas adverbiais;

(5) Sentenças complexas interdependentes ou correlatas - sentenças estruturadas de tal forma que a primeira apresenta uma correlação em relação à outra, verbalizando dois atos de fala recíprocos.

A análise de Castilho (2004) apresenta alguns indícios de hipotaxe, mesmo que através de um ponto de vista diferente.

A abordagem da gramática de cunho gerativista de Mateus *et alii* (2003) parece trazer uma perspectiva mais funcional em relação à abordagem das orações subordinadas. Para as autoras, as orações subordinadas são aquelas que desempenham na subordinante uma função sintática e uma função temática; são aquelas, também, que possuem maior mobilidade dentro do período. Tal definição é bastante inovadora em relação à maioria dos gramáticos tradicionais uma vez que considera que a oração exerce também uma função temática, ou seja, relacionada ao sentido.

As autoras não fazem a separação clássica entre substantivas, adjetivas e adverbiais, mas criam uma classificação composta por quatro tipos básicos. A seguir, observaremos detalhadamente a proposta de classificação defendida por Mateus *et alii* (2003):

(1) Orações subordinadas completivas - são as que se caracterizam pelo fato de a frase subordinada constituir um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, assim, uma distribuição aproximada a das expressões nominais.

(2) Orações subordinadas relativas - são as que, tradicionalmente, se iniciam por “pronomes”, “advérbios” ou “adjetivos relativos”. Normalmente as relativas são formas de modificação de uma expressão nominal antecedente, mas podem ser também uma forma de modificação de outra oração. Existem também as chamadas relativas livres, que são aquelas que se apresentam sem antecedente exposto.

(3) Orações subordinadas adverbiais - são aquelas em que a subordinada não é um argumento do predicado da principal.

(4) Construções de graduação e comparação - são as que envolvem as proposições relacionadas à expressão de grau.

Bechara (2001, p. 46) considera que existem quatro propriedades que estratificam a estruturação gramatical: a superordenação (ou hipertaxe), a subordinação (ou hipotaxe), a coordenação (ou parataxe) e a substituição (ou antitaxe). A subordinação (ou hipotaxe) seria o oposto da hipertaxe e consistiria na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar como um membro de outra oração; seria, em outras palavras, o que consideramos como a relação determinante/determinado apresentada por Câmara Jr. (1998).

O autor leva em conta que, para que haja subordinação de orações ou de cláusulas de estrutura oracional, são necessários dois instrumentos: um para marcar a subordinação, ou seja, para indicar que uma estrutura oracional de verbo flexionado funciona como membro de uma oração. (Bechara, 2001, p. 47) e outro para indicar a função que a estrutura exerce na oração complexa.

Para Bechara (2001:47), no português, a marca de subordinação é dada pelo elemento *que*, que, na verdade, não tem a função de unir duas orações, mas apontar o processo que cruzou uma oração independente a funcionar, numa camada inferior, como membro de outra oração. Dessa forma, os casos que chamamos tradicionalmente de subordinação seriam orações complexas e só haveriam períodos compostos na coordenação. A subordinação seria, então, um caso a que ele chama de transposição.

3.2 A articulação de orações na Gramática Funcional

No ponto de vista funcionalista, o termo subordinação incorpora processos sintáticos diferentes como a hipotaxe e o encaixamento. A distinção entre encaixamento e relações táticas de parataxe e hipotaxe pode ser encontrada em Halliday (1994), que considera na hipotaxe, as relações circunstancialmente determinadas, como, por exemplo, a finalidade. Segundo Halliday (1994), a articulação de orações deve ser vista a partir de duas dimensões de interpretação: o sistema de interdependência e o sistema lógico-semântico.

Por um lado, as relações são vistas como um sistema de interdependência, ou sistema tático, em que estão a parataxe, isto é, a ligação de elementos de categorias

iguais, no sentido de que cada um pode constituir um todo funcional, e a hipotaxe, ou seja, a relação modificadora da união de elementos de distintas categorias, em que um elemento dominante é livre e, um outro, não dominante, não seria livre.

Por outro lado, as relações são vistas de acordo com o sistema lógico-semântico de expansão e projeção. A expansão ocorre quando a segunda oração expande a primeira, elaborando-a, estendendo-a ou encarecendo-a. Na elaboração, uma oração elabora o significado de outra, especificando-a ou descrevendo-a. Na extensão, uma oração amplia o significado de outra, acrescentando algo novo a ela; o que é adicionado pode ser um acréscimo, uma substituição ou uma alternativa. No realce (encarecimento), uma oração realça o significado de outra, qualificando-a com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa ou condição. Já a projeção ocorre quando a segunda oração é projetada pela primeira, apresentando-a como uma locução ou uma ideia.

Em Halliday (1995), a separação entre coordenação/subordinação propõe duas dimensões para o estudo da articulação de orações: o sistema tático ou de interdependência e o sistema de relações lógico-semânticas; o primeiro diz respeito a dois tipos de interdependência: paratática e hipotática; na interdependência paratática a relação se estabelece entre elementos do mesmo padrão, sem que um dependa do outro; na interdependência hipotática o padrão dos elementos não é igual, o que faz com que um elemento modifique o outro, sendo o modificador dependente do modificado. No sistema de relações lógico-semânticas, as relações que podem ser estabelecidas entre os elementos de um conjunto são agrupadas por Halliday em dois tipos substanciais: expansão e projeção. Na expansão uma oração pode amplificar a outra de três modos: por elaboração, por extensão e por encarecimento; na Elaboração uma oração pode amplificar a outra reafirmando seu conteúdo com outras palavras, especificando seu conteúdo com maiores detalhes, comentando ou exemplificando seu conteúdo; na Extensão uma oração pode amplificar a outra acrescentando um novo elemento, apresentando uma exceção, oferecendo uma alternativa; no Encarecimento uma oração pode amplificar a outra qualificando seu conteúdo com traços circunstanciais de tempo, de lugar, de modo, de condição. No outro tipo substancial, a Projeção, uma oração se projeta sobre a outra, funcionando como representação da própria representação linguística.

Halliday ainda apresenta a organização de encaixamento de orações, em que uma oração funciona como um componente na estrutura de um grupo que, por sua vez, funciona como componente da estrutura da oração.

Da combinação do sistema lógico-semântico com o sistema tático e com a estrutura de encaixamento, resultam alguns dos tipos de orações, conforme os exemplos a seguir:

- elaboração + parataxe: orações coordenadas assindéticas;
- elaboração + hipotaxe: orações adjetivas explicativas (não-restritivas);
- elaboração + encaixamento: orações adjetivas restritivas;
- encarecimento + hipotaxe: orações adverbiais;

Examinando a diferença estabelecida por Halliday, Mathiessen & Thompson (1988), esses autores opõem a combinação de orações à estrutura de encaixamento, na qual as orações não se correspondem. No encaixamento estão incluídas as orações substantivas e as orações adjetivas restritivas da gramática tradicional.

A combinação de orações pode ser determinada em dois níveis diferentes, conforme o tipo de interdependência: paratática ou hipotática. Nas combinações de orações paratáticas, duas ou mais orações se combinam sem que uma seja parte constituinte da outra. Para Mathiessen & Thompson, são relações do tipo listagem. Nas combinações das orações hipotáticas, em especial na hipotaxe de encarecimento, uma oração estabelece relação circunstancial com a outra, indicando condição, causa, propósito, modo, tempo, etc. As relações estabelecidas dessa forma são consideradas por Mathiessen & Thompson do tipo núcleo-satélite, pois uma oração é auxiliar da outra, ou seja, a oração que funciona como satélite fornece subsídio para a oração que funciona como núcleo.

Diante das perspectivas apresentadas acima, ao contrário da gramática tradicional, no modelo funcionalista a coordenação e a subordinação não são vistas como categorias opostas. Autores como Lehmann (1988) e Givón (1990) sugerem que essas categorias são, na verdade, um contínuo, que vai da parataxe ao encaixamento, havendo uma menor dependência na parataxe e uma maior dependência no encaixamento.

Carone (1988, 1991), seguindo Hjelmslev e Tesnière, considera a subordinação e a coordenação como recursos sintáticos de que o emissor lança mão para tornar os períodos “mais complexos” (Carone, 1988,p.87). Sobre essa base, a autora entende por

subordinação a relação de dependência entre uma oração subordinada e um termo de outra oração, por meio do uso de instrumentos de inserção, as conjunções subordinativas. As duas unidades, termo e oração subordinada, adquirem uma função quando articuladas. A coordenação é vista como a relação entre duas orações, tomadas em sua totalidade, por meio do uso de uma conjunção coordenativa, que pertence à segunda oração e que tem uma função de relação. A sequência entre as orações é rígida, tornando a inversão da ordem impossível. Como a segunda oração pressupõe a primeira, não são, portanto, independentes, no sentido dado pelas gramáticas tradicionais, como em Cunha e Cintra (1985).

No Brasil, estudiosos de base funcionalista (Gryner, 1995; Castilho, 1998; Neves, 1999; Decat, 1999, dentre outros) também têm direcionado atenção nos processos sintáticos de combinação de orações, criticando o enfoque tradicional dado a esses processos.

Gryner (1995, p. 69) chama a atenção para o fato de que as denominações parataxe/hipotaxe e coordenação/subordinação, da forma como foram propostos pela gramática tradicional, “não refletem adequadamente a sistematicidade do conjunto de combinações encontradas, em parte devido à imprecisão, em parte à circularidade de suas definições”. A essa observação, acrescenta que, “na prática, as orações são classificadas automaticamente como coordenadas ou subordinadas, aplicando-se, sem maiores questionamentos, a taxonomia proposta pela tradição gramatical”.

Castilho (1998), ao apresentar uma classificação das sentenças complexas em coordenadas, subordinadas e correlatas, leva em conta critérios sintáticos (noções de subcategorização e encaixamento, relação de adjunção e expansão) e pragmáticos (noção de ato de fala), desconsiderando critérios semânticos. Quanto à nomenclatura adotada pela gramática tradicional, o autor considera que não há necessidade da utilização do termo “período” no tratamento de sentenças complexas:

A gramática tradicional cunhou para estes casos [os casos de sentenças complexas] a expressão “período”, que tem a deficiência de criar outra unidade para a Sintaxe. Ora, operando com as unidades sintagma e sentença, é possível analisar as expressões nesse nível. Se um dos termos constituintes de uma sentença é outra sentença, tudo bem, diremos que tal sentença se complexificou. Não é necessário inventar outra unidade para isso. As mesmas regras de construção de uma sentença simples dão conta das sentenças complexas (CASTILHO, 1998, p. 131).

Além do uso da nomenclatura “período” pela gramática tradicional, o autor critica o emprego da denominação “sentença principal”, pois entende que tal denominação “tem o defeito de conotar ‘pensamento principal’, verbalizado por essa sentença” e nem sempre esse pensamento principal é veiculado na oração dita principal. No exemplo a seguir, a oração subordinada “que vai chover” é detentora da informação principal, que é modalizada pela matriz “acho”. Observe-se (02):

(02) *Acho que vai chover.*

A gramática de base funcionalista de Neves (2000, p. 24) apresenta informações relevantes em relação à subordinação. A autora parte da análise das conjunções e de outros articuladores sintáticos para classificá-los de acordo com as diversas construções que os instanciam, sejam elas coordenadas ou subordinadas.

A classificação das subordinadas dada pela autora é um pouco diferente da tradicional. Para ela, a subordinação estrita ocorre na *complementação* e na *adjunção*, que seriam as subordinadas substantivas e adjetivas, respectivamente, na gramática tradicional. Esses dois processos podem ocorrer, segundo a autora, quando as estruturas são “introduzidas por conjunções integrantes e por pronomes relativos”.

A respeito das adverbiais, a autora considera o uso das conjunções subordinativas e ressalta que, muitas vezes, a gramática tradicional não questiona a diferença entre uma análise sintática e uma análise semântica, confundindo as duas. Para Neves (2000:601):

Dentro da visão de uma gramática de usos, as relações entre uma oração nuclear e uma oração adverbial são vistas como análogas às relações retóricas que constroem o texto. Assim, entende-se que essas relações permeiam e governam todo o texto, independentemente do nível das unidades (micro ou macroestruturais) envolvidas (sintagmas, orações, enunciados, parágrafos, capítulos etc.), penetrando nas suas subpartes como reflexo e consequência da organização geral a que estão subordinadas (Neves, 2000, p. 601).

Dessa forma, a autora defende um estudo da relação oração núcleo – oração adverbial como um todo, entendendo que o significado está em toda sua estrutura.

Neves (1999) ressalta que a postulação de adendos como “coordenação gramatical e subordinação psicológica” na análise de certas frases complexas

portuguesas é um estratagema que não resolve, de fato, o problema de distinção entre estruturas coordenadas e subordinadas. Baseada na proposta de Halliday (1985) de cruzamento de um eixo tático (de interdependência) com um eixo semântico-funcional (de relação entre processos) aponta a importância de se fazer uma abordagem sistêmica dos processos possíveis de vinculação de sentenças: Se, por exemplo, uma coordenação é, no eixo tático, uma parataxe (uma continuação) tanto quanto a aposição, entretanto no eixo lógico-semântico é possível distinguir entre o caráter de extensão, que tem a coordenação, e o caráter de elaboração, que tem a aposição. Essas duas relações, por outro lado, se distinguem de uma articulação causal, ou de uma articulação condicional, por exemplo, em ambos os eixos: trata-se, agora, no eixo tático, de uma hipotaxe (uma dominação), e, no eixo semântico-funcional, de um caso de realce, ou encarecimento (nem extensão nem elaboração).

Decat (1999) questiona as definições apresentadas para sentenças coordenadas e subordinadas a partir da noção de dependência (formal, semântica ou pragmática). Considera que essas definições nem sempre são suficientes para descrever períodos compostos da modalidade falada da língua:

As diversas pesquisas que se preocupam com a língua em sua manifestação oral têm mostrado, através da evidência dos dados, que a caracterização de cláusulas coordenadas e subordinadas em termos de dependência não é assim tão simples. Faz-se necessário verificar que tipo de dependência está sendo considerado para essas definições: dependência de forma? de sentido? dependência pragmática? Além disso, não constitui novidade a existência, seja na língua oral, seja na escrita, de conexões implícitas e conexões explícitas (DECAT, 1999, p. 24).

A autora afirma que o parâmetro formal ainda é o mais utilizado para se caracterizar a noção de dependência. Para ela, “a dificuldade em se explicarem casos das chamadas ‘falsas coordenações’, ou de orações subordinadas sem a matriz, ou mesmo o estatuto das orações quanto à noção de dependência vem reforçar a necessidade, apontada por Thompson (1984) e Haiman & Thompson (1984), de se “abandonar o termo subordinação e de substituí-lo por parâmetros que melhor descrevam a relação entre orações no nível do discurso”. Depreendemos então que “a proposição relacional será muito mais funcional do que formal”, por meio de uma concepção de interação da linguagem numa situação real de comunicação. Segundo a autora, o contexto discursivo em que está inserida uma proposição relacional é o mais relevante. Decat (2001), partindo de uma abordagem funcional-discursiva, estuda a

combinação de orações e faz uma crítica ao procedimento – comum nas gramáticas tradicionais – de se classificar uma oração adverbial considerando apenas a conjunção que a inicia. Segundo a autora o que vai decidir o conteúdo semântico de uma proposição é o contexto discursivo em que ela está inserida, e não simplesmente o conector que a introduz. Decat (1999b, p. 316) considera ainda que “mais do que forma como se combinam, embora essa seja relevante – o que importa é a relação que existe entre as orações e as funções a que elas servem em decorrência dos objetivos comunicativo-interacionais do usuário da língua”.

A autora define a oração adverbial como “opção organizacional do discurso”. Para ela não existe um fenômeno único de subordinação; particularmente, Decat focaliza a hipotaxe adverbial e discute a existência de dois processos de estruturação sintática que expressam o que a Gramática Tradicional denomina de subordinação: as estruturas de encaixamento (cláusulas que se integram estruturalmente em outras, como as orações -complementos e as adjetivas restritivas) e as estruturas de hipotaxe (orações que não funcionam como argumento de verbo). É de extrema importância observar o contexto discursivo em que as orações estão inseridas, pois a combinação hipotática da oração é determinada pelo tipo de proposição relacional e possui várias funções.

A oração adverbial também pode desempenhar uma função tópica, como ponto de partida para a estruturação da informação. Decat descarta as noções de dependência ou subordinação e defende a hipótese de que não é tão simples caracterizar orações coordenadas e subordinadas em termos de dependência, pois se faz necessário verificar qual espécie de dependência está em questão: a dependência de forma, de sentido ou pragmática. A autora considera a hipótese de que as orações podem ser mais bem explicadas quando se utiliza a noção de “unidade de informação”. A atuação das orações adverbiais como tópicos frasais também evidencia a característica de que elas operam na coesão discursiva; ou seja, marcar uma oração adverbial como tópico é explicitar seu papel dentro da coesão discursiva, como se fosse decorrente da organização e da perspectiva do discurso.

Exposto o ponto de vista tradicional e funcional das orações subordinadas, a seguir, discutem-se os estudos abordados sobre orações finais norteados pelo viés funcionalista.

3.3 Estudos Funcionalistas das orações de finalidade

Trabalhos que abordam as orações subordinadas finais são vários e sob diferentes perspectivas. Podemos apresentar aqui os estudos de Neves (2011), Dias (2001, 2005), Martellota (2001) e Fontes (2013).

Em Neves (2011) tem-se o estudo das orações finais representada da seguinte forma: oração principal/conjunção final/oração final. Observe o exemplo:

*(03) Porque quando você é criança e tem um menino muito falante, todo mundo fala que ele vai ser um grande líder. Se a menina é muito falante, ela é chamada de assanhada, de metida. Temos que mudar toda essa cultura patriarcal/ **para que**/ a mulher consiga chegar a poder disputar. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

O exemplo acima apresenta uma oração subordinada constituída por uma oração principal e uma oração final, ligadas pela locução conjuntiva *para que*. A relação de finalidade entre ambas consiste na manifestação da intenção, da finalidade da declaração que está sendo feita na oração principal.

Neves afirma que a relação de finalidade se manifesta com maior totalidade na forma infinita quando iniciada pela preposição *para* ou locução prepositiva *a fim de*. Como se pode observar nos exemplos a seguir:

*(04) Eu quero estar com a mente sadia **para sair** daqui, arrumar um emprego e ficar com a minha família. Ter uma vida tranquila. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

(05) Sílvio obedeceu em silêncio, voltando a cabeça de vez em quando, a fim de examinar se o farmacêutico não os acompanhava. Mas o homem permanecia no mesmo lugar, como se lhe fosse impossível remover o peso que tombara sobre seus ombros. (19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

Quanto ao modo de construção das orações finais, a autora afirma ainda que tais construções podem formar-se com as locuções conjuncionais *a fim de que*, *de modo que*, *de maneira que*.

Neves (2011) apresenta ainda seus direcionamentos quanto ao modo e tempo verbal nas orações finais. A autora afirma que as orações finais iniciadas por conjunções constroem-se sempre com subjuntivo, no presente ou no pretérito imperfeito. No entanto, as orações finais em modo finito apresentam diferenças das orações finais infinitivas quanto à possibilidade de os sujeitos de ambas serem correferenciais; no caso das orações finais iniciadas por conjunção em modo finito, os sujeitos das duas orações são diferentes, ao passo que as orações iniciadas por preposições em modo infinitivo os sujeitos tendem a serem idênticos.

Estudos de Dias (2003) afirmam que a organização das orações de finalidade podem dar-se em dois níveis: com orações principais (orações hipotáticas e discursivas) e com o próprio ato de fala (orações parentéticas e de adendo). Nas orações principais a autora apresenta as posições antepostas, medial e a posposta; sendo que as orações hipotáticas discursivas ocupam a posição anteposta e medial. As orações de adendo ocorrem na posição posposta àquela informação a qual o locutor julga necessitar de reforço e as parentéticas só ocorrem na posição intercalada em relação a uma outra informação veiculada pelo locutor.

A oração hipotática canônica está articulada a uma oração principal e funciona como delimitadora daquilo que é proposto nessa oração principal. As orações de finalidade de adendo e parentéticas estão articuladas ao próprio ato de fala para que se realizem. Há um locutor que projeta a sua finalidade ou propósito no mundo das intenções. A oração de finalidade de adendo acrescenta informação adicional, em longos turnos de fala constitui uma unidade entonacional independente e funciona como reforço de informação. A oração de adendo ocorre após uma resposta polar e representa expectativas por parte do falante quanto ao acréscimo do interlocutor. A oração de finalidade parentética expressa a fala do escritor, que se desvincula do texto por um instante e acrescenta alguma informação que ele julga relevante na interação comunicativa, e volta ao texto, retomando o fluxo discursivo. O locutor projeta a desvinculação com um movimento no mundo das intenções e mantém desse modo, uma relação mais direta entre ele e o interlocutor no intervalo de tempo da interlocução.

A autora conclui que o conceito de finalidade está presente, mas a organização pode ser compreendida em dois níveis: sintático e discursivo. Assim, os tipos de orações de finalidade estão diretamente correlacionados às suas funções e posições, sendo que as orações hipotáticas de finalidade articulam-se às orações principais e as parentéticas e de adendo, ao próprio ato de fala.

Em outra abordagem, Dias (2005) apresenta as orações de finalidade em suas relações gramaticais convergentes na fala e na escrita. Nesse estudo a autora analisa divergências e convergências da fala e da escrita na investigação das orações hipotáticas de finalidade; bem como as posições que estas orações ocupam em relação às orações principais – anteposta, medial e posposta; e as relações gramaticais nas orações principais, especialmente o comportamento morfológico do sujeito. Trata-se portanto de uma abordagem funcional-discursiva.

De acordo com a autora, as orações de finalidade codificam um objetivo, cuja execução requer um movimento no mundo das intenções, que pode ser ou não simultâneo ao deslocamento no mundo físico, esse deslocamento pode ser marcado por um sujeito agentivo ou por um sujeito experienciador.

As hipotáticas canônicas especificam e delimitam a informação contida na cláusula núcleo. As hipotáticas discursivas podem funcionar como tópico sentencial em relação à informação que a sucede, por outro lado, a autora afirma que as canônicas ocupam a posição posposta e as discursivas, a posição anteposta e medial em relação à cláusula núcleo. Por fim, a autora conclui que as relações gramaticais na cláusula núcleo das cláusulas hipotáticas canônicas apresentam resultados similares na fala e na escrita.

A autora diz ainda que as discursivas antepostas ocorrem com mais frequência na escrita para auxiliar o leitor no desenvolvimento do fluxo informacional. Por outro lado, as orações mediais são mais usuais na fala por haver elementos linguísticos da cláusula núcleo.

Martellota (2001) apresenta uma relação de orações adverbiais baseando-se na análise de orações finais. O autor afirma que as orações adverbiais finais, por apresentarem restrições de caráter discursivo, são motivadas por aspectos semânticos. Tais aspectos estão relacionados a mapeamentos metafóricos e a outros mecanismos semânticos que nossa mente processa durante a produção linguística em determinados contextos de uso. Assim, Martelotta afirma que quanto mais integrados são dois eventos, mais integrados são os verbos que os exprimem; e quanto mais integrados são dois eventos, menor a probabilidade de eles serem separados por um subordinador, ou mesmo por uma pausa física; assim reflete maior encaixamento. Observe:

(06) *Ele pediu que Maria saísse.*

(07) *Ele fez Maria sair.*

No exemplo (06), existe um grau menor de integração entre as orações, que se relaciona ao menor comando ou manipulação do sujeito da oração principal sobre o sujeito da subordinada. O fato de “ele” pedir, não implica necessariamente que “Maria saia”. Já no exemplo (07), ocorre total manipulação do sujeito da principal sobre o da subordinada, já que, “ele fez” e “Maria sair” constituem praticamente uma única ação, sendo o sujeito “Maria” totalmente manipulado pelo sujeito “ele”, da oração principal.

No que se refere à maior integração de dois eventos com menor probabilidade de serem separados por um subordinador, ou mesmo por uma pausa física considera-se os exemplos a seguir: em (08) e (09), o segundo exemplo reflete maior encaixamento do que o primeiro:

(08) *Ele quer que Maria saia.*

(09) *Ele fez Maria sair.*

O maior grau de integração entre as duas orações, no segundo exemplo, se manifesta na possibilidade de união sem conectivo, união essa que não existe no primeiro exemplo.

A noção espacial pode ser metaforizada como um movimento em direção a um objetivo, expresso por uma oração final; com o uso do verbo *ir*+infinitivo, indicando futuro. Segundo o autor, no conectivo a *fim de que* há uma metáfora que relaciona a noção espacial de ponto de chegada à noção lógica de finalidade. Fatos como esse sugerem que um movimento físico em direção a um espaço determinado pode ser estendido para noções mais abstratas. Essa noção pode desenvolver-se em valores de caráter mais gramatical.

Martellota afirma que existe uma série de usos de orações finais que refletem gramaticalização na direção de uma maior integração e que apresentam o verbo no infinitivo. Para Martellota, em muitos casos a oração marcada por **para + infinitivo** não apresenta níveis de vinculação típicos de adverbial final; o que parece indicar é um processo de gramaticalização segundo o qual a oração, originariamente final, se encaixa ao elemento de natureza nominal antecedente, passando a caracterizá-lo, ou, em outras vezes, assumindo a função de predicativo.

No estudo de Martellota, notamos que as orações finais, dentre as adverbiais, são as que apresentam níveis mais altos de vinculação, podendo assumir função de orações

subordinadas precedidas pela preposição **para** que funcionam como completivas nominais e predicativas.

No estudo de Fontes (2013) tem-se a descrição da relação de finalidade, em português, com base na organização modular em níveis e camadas da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Fontes focaliza, especificamente, as camadas e as categorias dos níveis envolvidos na formulação (Níveis Interpessoal e Representacional) e defende que a relação de finalidade pode ser descrita como uma função semântica, no Nível Representacional, como uma função retórica, no Nível Interpessoal, e, por fim, como uma função interacional, no Nível Interpessoal.

Tal descrição permite visualizar os diferentes modos de formulação e de concepção da relação finalidade, além de ilustrar as diferentes funções discursivas da oração final. Ao focalizar, especificamente, os níveis (Interpessoal e Representacional) e as camadas envolvidos na formulação da relação finalidade, a intenção do autor é verificar os contextos em que tal relação pode ser representada como uma função semântica, no Nível Representacional, como uma função retórica, no Nível Interpessoal, ou, ainda, como uma função interacional, também no Nível Interpessoal.

Fontes apresenta que as relações finalidade que são capturadas, em termos de função semântica, no Nível Representacional: a articulação final se dá entre dois Estados de Coisas; entre um Estado de Coisas e um Episódio; entre um Conteúdo Proposicional e um Estado de Coisas; e, por fim, entre dois Conteúdos Proposicionais. Construções finais com funcionamento interpessoal são representadas ou como uma função retórica atribuída a um Ato subsidiário, ou com uma função interacional atribuída a um Movimento subsidiário.

3.4 Aspectos pragmáticos, semânticos e formais das orações de finalidade

Tendo em vista os pressupostos teóricos discutidos nos capítulos que formam a fundamentação teórica deste trabalho, nesta seção analisam-se as conjunções e orações finais com o propósito de estabelecer sua caracterização, com base em dados reais do português contemporâneo escrito do Brasil.

A proposta de descrição das orações finais requer, primeiramente, o estabelecimento de um conjunto de parâmetros descritivos que possibilitem sua caracterização. Dessa forma, o conjunto de parâmetros que se propõe a seguir contempla aspectos pragmáticos, semânticos e formais, que serão analisados

integradamente, como requer um estudo funcionalista, avaliando as correlações e restrições entre eles observadas.

3.4.1 Aspectos pragmáticos

Ao abordar aspectos pragmáticos, considerarmos o contexto em que o enunciado se realizou. Isso se deve ao fato de que além da competência gramatical, há uma competência pragmática, que viabiliza a interpretação plena dos enunciados.

A descrição de parâmetros discursivo-pragmáticos é um tema bastante discutido nos estudos sobre as orações adverbiais no que diz respeito ao papel que essas orações desempenham na organização do discurso, isto é, ao modo como as orações adverbiais contribuem para o discurso em andamento dependendo do tipo de informação que veiculam. É comum a associação entre relações adverbiais e noções como figura/fundo ou tópico/comentário, tal como se observa nos estudos de Townsend e Bever (1977), Talmy (1978), Ford (1993), Chafe (1984) e Matthiessen (1988).

Nos termos de Dik (1997, p. 123), “a correlação postulada [entre subordinação e informação dada] não pode ter validade absoluta, uma vez que é fácil encontrar exemplos em que é a informação da subordinada ao invés da oração principal que é comunicativamente mais importante”.

É possível afirmar, então, que, em relação ao seu papel na organização do discurso, as orações finais podem veicular tanto informação nova como dada, atualizando as estratégias pragmáticas, e podem ser classificadas como foco ou tópico, como se discute a seguir.

De acordo com Neves (1997, p. 95), “funções pragmáticas são funções que especificam o estatuto informacional dos constituintes em relação à situação comunicativa em que eles são usados”.

Em geral, toda expressão linguística contém informações velhas (o dado) e informações novas (o novo). É importante lembrar que entre o que seja dado e o que seja novo, é feita pelo falante-emissor. Por isso, pode haver algum problema no processo comunicativo, pelo fato de o falante julgar que o destinatário já possuía um conhecimento implícito quando na verdade ele o não tinha. Assim, é o ponto de vista do falante sobre as informações que vai organizar as expressões. As noções de tópico e de foco equivalem parcialmente ao dado e ao novo, respectivamente.

Assim, teremos:

- a) tópico: caracteriza as coisas de que falamos;
- b) foco: caracteriza as partes mais importantes do que dizemos em relação ao tópico.

Os estudos para identificar e determinar a posição de tais funções na estrutura da frase e o seu papel na interpretação dos enunciados têm ocupado muitos investigadores. No entanto, tais investigações estão longe de serem consensuais, pois a questão das funções pragmáticas sofre uma divisão em sua terminologia, sendo abrangente e também distinta de autor para autor: dado e novo; tema e rema; tópico e foco; tópico e comentário. Cada perspectiva linguística analisa sob um viés específico. E mesmo dentro de uma mesma perspectiva, como no funcionalismo, há divergências, conforme ressalta Neves (1997), a respeito da existência de “funcionalismos”.

Para Dubois *et al* (1993, p. 590), tópico é o mesmo que tema:

Numa frase assertiva, chama-se tema o constituinte imediato (sintagma nominal) a respeito do qual se diz alguma coisa (predicado): o tema pode ser ou não sujeito da frase. Por exemplo: O livro e Pedro são temas das frases seguintes: *O livro está na mesa* e *Foi Pedro que eu vi ontem*. (DUBOIS *et al*, 1993, p. 581)

Nesse trabalho, vamos adotar a terminologia de Simon Dik (1980), que usa o par “tópico-foco”. Apesar das especificidades que cada autor emprega no seu par dicotômico, podemos dizer em linhas gerais que as funções pragmáticas “tópico” e “foco” equivalem aos pares dado e novo, tema e rema, tópico e comentário. Devemos ressaltar também que as funções pragmáticas não têm relação alguma com as sintáticas. Com isso, o par “tópico” e “foco” não corresponde, embora em diversas ocorrências ocupe as mesmas posições, à estrutura sujeito e predicado.

Muitas investigações sobre tais funções procuram determinar não só o seu papel na forma como as diversas línguas organizam gramaticalmente a distribuição da informação na frase, mas também o seu papel na interpretação do discurso.

Uma mesma mensagem pode levar a diferentes sentidos, conforme a entonação ou a ordem dos constituintes. Veja os exemplos dados por Neves (1997, p. 94):

- (a) Aquele fazendeiro matou o patinho
- (b) Aquele fazendeiro matou o paTINHô
- (c) Aquele fazendeiro maTOU o patinho
- (d) AQUEle fazendeiro matou o patinho
- (f) Aquele fazenDEIro matou o patinho

(g) O paTINHô aquele fazendeiro matou

Tais expressões não são semelhantes, pois cada qual tem sua especificidade numa determinada situação de comunicação. As sentenças (2) e (6), por exemplo, não seriam convenientes diante da pergunta “quem matou o patinho?”. A melhor resposta seria a sentença (5). Assim, cada elemento terá uma função pragmática conforme a situação.

Para ilustrar melhor o dinamismo discursivo associado às ideias de tópico e foco, utilizaremos a metáfora do catálogo, introduzida por Tanya Reinhart (1981) e usada por Irene Heim (1982) na teoria da *file change semantics*.

a) O Arnaldo é médico.

Podemos comparar o conhecimento dos falantes a um catálogo de uma biblioteca. Tal catálogo pode ser atualizado (i) pela adição de novas fichas (novos itens) ou (ii) pela adição de nova informação às fichas existentes (especificações dos itens existentes).

O enunciado (a) permite, para construção do sentido, que o destinatário da mensagem selecione do seu catálogo a ficha correspondente à entidade “Arnaldo” e nela especifique que “é médico”.

Dessa forma, a atualização desse enunciado ocorre em duas fases: na primeira, é selecionada a informação partilhada pelos participantes do ato comunicativo; na segunda fase, é introduzida no contexto uma informação nova, ou seja, a especificação relativa à informação anteriormente selecionada. Identificando as funções, “Arnaldo” seria o tópico; “médico” seria o foco.

Para a determinação do tópico da frase, podemos utilizar o teste proposto por Reinhart (1981) em que, no diálogo abaixo, o tópico é representado pela expressão que corresponde à variável x.

Fala-me de x.

x é médico (x = Arnaldo=Tópico)

Para a determinação do foco, a informação relevante deve ser marcada na frase. Os meios de marcação variam de língua para língua, mas em português há dois meios principais:

- o realce prosódico (acento tonal)
- a ordem de palavras

Para comprovar isso, retomemos o enunciado (a):

a) O Arnaldo é médico.

Caso o ouvinte não tenha ouvido com nitidez, ele fará a pergunta:

b) Quem é o médico?

O ouvinte partilha com o emissor a informação de que alguém é médico, mas não sabe quem. A resposta à pergunta (b) terá de marcar a informação relevante para o ouvinte:

(c) ARNALDO!

(d) Médico é o ARNALDO.

Como já tradicional, assinalamos o elemento focalizado com maiúsculas. Em (c), o foco é marcado pela entoação. Em (d), foi alterada a ordem de palavras para que o foco ocorra em último lugar, que é, na ordem básica, o lugar da informação nova. O foco tende a ocorrer na posição de: predicativo do sujeito (predicado nominal); objeto (complemento verbal); ou na posição de sujeito em oração intransitiva.

Analisemos com mais detalhes esses dois tipos de marcação do foco: realce prosódico e ordem de palavras. Da mesma forma que para identificar o tópico foi usado um teste, para determinar o foco usa-se o par pergunta-resposta, como no exemplo abaixo:

(e) O Arnaldo é médico do Ariovaldo.

Veja na marcação pela prosódia:

O Arnaldo é o quê?

(O Arnaldo) é MÉDICO DO ARIOVALDO.

O Arnaldo é o que do Ariovaldo?

(O Arnaldo) é MÉDICO (do Ariovaldo)

Como podemos perceber, o foco é um elemento do comentário, já que o realce prosódico recai sobre a expressão “médico”.

Veja na marcação pela ordem das palavras:

Quem é médico do Ariovaldo?

Resposta 1: Médico do Ariovaldo é o ARNALDO.

Resposta 2: É o ARNALDO.

Resposta 3: ARNALDO.

Nas três respostas acima, há a comprovação de que o foco ocorre em último lugar na sentença.

A função de tópico é atribuída ao subato responsável por promover a relação entre o conteúdo comunicado pelo falante, o discurso – gradualmente construído – e o contexto comunicativo. A respeito da função de tópico, Hannay afirma que:

A atribuição de tópico tem uma função na expressão da mensagem e uma função no discurso mais amplo: na mensagem ele constitui uma perspectiva particular a partir da qual a comunicação é construída, e em relação ao discurso ele provê uma perspectiva que permite ao falante fazer uma contribuição que o ouvinte pode ver como relevante para o assunto em questão (Hannay 1991, p. 136,137).

Em uma expressão linguística o tópico é a entidade que representa “aquilo” sobre o que certa informação é apresentada e, ao mesmo tempo ele relaciona o discurso como um todo ao evento comunicativo em questão. Por sua vez, a função pragmática de foco é atribuída à parte do discurso que o falante considera, e, por consequência, apresenta como sendo a mais relevante.

3.4.2 Aspectos semânticos

A descrição de parâmetros semânticos dentro das orações adverbiais tem demonstrado a importância de analisar a estrutura semântica interna dessas orações. Isso demonstra que deve ser um trabalho diferente do que se faz quando se avalia a oração adverbial no âmbito da relação que ela estabelece com a oração principal. Os estudos de Hengeveld (1993, 1996, 1998) e Pérez Quintero (1998, 2002) têm se demonstrado a necessidade de voltar o foco de atenção para a oração adverbial em sí. Em outras palavras, em Hengeveld (1993, 1996, 1998) e em Pérez Quintero, os autores analisam a oração adverbial apenas do ponto de vista de sua estrutura semântica e não a relação que essa oração contrai com a oração núcleo.

Aspectos semânticos irão se restringir ao modo como uma língua se relaciona com o mundo real ou imaginário que ela descreve.

No nível semântico, as orações finais podem ser analisadas segundo o expediente formal usado na construção: preposição ou conjunção; com o uso de "para" a significação fica ainda muito próxima da noção de “movimento em direção a” que se projeta para o domínio das intenções e então passa a indicar a noção de finalidade. Tratando-se da locução conjuntiva "a fim de que" a noção de finalidade já vem com o próprio núcleo da locução conjuntiva, nesse caso não existe metaforização, existe apenas uma expansão do uso, existe uma estrutura lexicalizada que passa a cumprir uma função gramatical, tendo o significado de finalidade contido nela.

De acordo com o parâmetro do significado indicado pelo conector avaliar-se-ão se as conjunções ou preposições que ligam as orações estabelecem apenas a conexão entre as orações ou se de fato estabelecem como o fim de finalidade.

3.4.3 Aspectos formais

No que diz respeito à natureza formal das orações finais, avaliou-se a posição que as orações de finalidade ocupam em relação à oração principal: anteposta, posposta ou intercalada. Essas ordens nos permitem observar a relevância das informações contidas nas frases; posposta: não-marcada, porque é o padrão da oração de finalidade, porque é icônica ao esquema básico do qual a finalidade surge que é a indicação de movimento para.

O parâmetro correlação modo-temporal também será avaliado em aspectos formais onde se pretende verificar as formas verbais que ocorrem na oração principal e verificar as formas verbais que ocorrem na oração final. Ao analisar estudos de Oliveira (2008) quanto às orações condicionais no Português do Brasil pode-se afirmar que embora os tempos e modos verbais possam ser analisados como um procedimento formal, considera-se que a correlação modo-temporal nas construções finais não está relacionada apenas à sua expressão formal, mas também à sua estrutura semântica.

IV – METODOLOGIA

Neste trabalho analisam-se as orações adverbiais finais iniciadas pelas locuções conjuntivas *para que*, *a fim de que* e a preposição *para* e locução prepositiva *a fim de*. O universo de investigações desse estudo é composto pelo *corpus* do Português www.corpusdoportugues.org, um banco de dados constituído de 45 milhões de palavras de quase 57 mil textos em português brasileiro e europeu, em registro oral e escrito, num período que abrange os séculos XIV ao XX. Os textos utilizados nesta análise são referentes ao século XX e encontram-se divididos em quatro tipos de literatura: Notícia, Oratória, Fictícia e Acadêmica, selecionados em ordem aleatória, sem nenhuma preferência por um ou por outro.

A amostragem coletada constitui-se de 200 ocorrências de orações finais, tendo uma divisão de: 50 ocorrências para as orações introduzidas pela locução conjuntiva ‘para que’; 50 ocorrências para as orações introduzidas pela locução conjuntiva ‘a fim de que’; 50 ocorrências para as orações introduzidas pela preposição ‘para’; e 50 ocorrências para as orações introduzidas pela locução prepositiva ‘a fim de’; a escolha desse levantamento de dados foi feita de modo seletivo.

A análise seletiva consistiu em observar cada um dos parâmetros descritos abaixo. São considerados, assim, os seguintes aspectos:

Identificar o expediente formal usado na construção:

- ✓ Preposição;
- ✓ Conjunção;

1. Verificar o significado indicado pelo conector:

- ✓ Sentido de finalidade;
- ✓ Sentido de fim em direção a algo;

2. Verificar a ocorrência das construções finais em três domínios semânticos sugeridos e estudados por Sweetser (1991):

- ✓ Domínio de conteúdo;
- ✓ Domínio epistêmico;
- ✓ Domínio pragmático.

3. Verificar a função pragmática na oração principal e na oração subordinada:

- ✓ Função de tópico;

- ✓ Função de foco;
- 4. Verificar a posição que as orações de finalidade ocupam em relação à oração principal:**
- ✓ Anteposta;
- ✓ Posposta;
- ✓ intercalada;
- 5. Verificar as formas verbais que ocorrem na oração principal – correlação modo-temporal:**
- ✓ Presente do indicativo;
- ✓ Pretérito perfeito do indicativo;
- ✓ Pretérito mais que perfeito do indicativo;
- ✓ Pretérito imperfeito do indicativo;
- ✓ Presente do subjuntivo;
- ✓ Pretérito imperfeito do subjuntivo;
- ✓ Futuro do presente do indicativo;
- ✓ Futuro do pretérito do indicativo;
- ✓ Particípio;
- ✓ Gerúndio;
- ✓ Infinitivo impessoal;
- 6. Verificar as formas verbais que ocorrem na oração de finalidade – correlação modo-temporal:**
- ✓ Formas finitas;
- ✓ Formas não-finitas;

Nesse estudo, os seguintes cruzamentos foram considerados:

- ✓ Posição da oração núcleo em relação à oração final;
- ✓ Tempo e modo verbal na oração núcleo e tempo e modo verbal na oração final;
- ✓ Função pragmática de tópico e foco;
- ✓ Predominância dos domínios semânticos de Sweetser em relação ao tipo de conjunções;

Tendo em vista a descrição dos dados embasados nos parâmetros especificados acima, as tabelas serviram para a apresentação das igualdades, diversidades e particularidades encontradas no funcionamento das orações de finalidade de acordo com padrões formais e semântico-pragmáticos. O que se pretende com as descrições das

orações firmadas nos padrões citados é que se chegue a uma caracterização das orações de finalidade.

Na seção seguinte, tem-se a análise dos dados.

V – ANÁLISE DOS DADOS

Baseados nos pressupostos teórico-metodológicos abordados neste trabalho e no corpus utilizado, apresentam-se os resultados da análise, a qual se baseou em 200 ocorrências, introduzidas pelas locuções conjuntivas *para que*, *a fim de que*, pela preposição *para* e locução prepositiva *a fim de*. Observe-se as orações de finalidade nas seguintes ocorrências:

- (10) *Os temas estão sendo compilados por nós e vão passar por uma revisão do grupo que discutiu primeiramente a idéia, antes de ser encaminhados ao presidente Michel Temer. Mas é ele quem ditará o processo. Temer está mostrando a determinação de dar prioridade para esse trabalho, a fim de que o Legislativo cumpra uma agenda voltada para as questões estruturais e sociais. Posso adiantar que, em conversa com o presidente, ele já deixou claro que pretende envolver todos os deputados nesse processo com a tramitação das propostas da agenda pelas comissões permanentes da Casa. (19Or:Br:Intrv:ISP)*
- (11) *Agora a situação do Brasil, evidentemente, sofre algum impasse. O Brasil precisa do Mercosul, porque é necessário que ele tenha um espaço maior para poder negociar. Os Estados Unidos querem o mercado brasileiro, mas fazem restrições aos produtos brasileiros. E querem tirar a Argentina do Mercosul e levar para o Nafta a fim de enfraquecer a posição do Brasil. A Argentina não pode sair do Mercosul porque 1/4 das suas exportações é feita para o Brasil. (19Or:Br:Intrv:Pov)*
- (12) *Vamos descentralizar, democratizar o poder e, para isso, teremos que fazer uma mudança total. Vamos extinguir todos os cargos da Câmara e refazer um novo organograma definindo tecnicamente o que tem que ser administração, o que é financeiro, o que é serviços, o que é RH, para que cada pessoa venha trabalhar sabendo como uma empresa deve funcionar. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

(13) *O governador está sensibilizado com essa questão e a verba aprovada é uma conquista, assim como a Rondon. A Rondon está no pacote de estradas onde serão realizadas as concessões para uma empresa privada duplicar o trecho que falta e fazer a conservação. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

Nos exemplos acima tem-se instâncias das orações subordinadas finais constituídas pelo conjunto de uma oração principal e uma oração final que está em destaque. Nesses casos, nota-se, claramente, que a oração subordinada apresenta a finalidade do evento descrito na oração final.

Como mostram as ocorrências, as orações de finalidade são introduzidas, como se viu acima, por dois tipos de elemento juntos: as locuções que tem como núcleo o termo “fim” e as que se unem por formações originadas a partir da preposição “para”.

No primeiro grupo, o conceito de finalidade é estabelecido pelo próprio significado do núcleo nominal. Nesses casos o significado lexical do item “fim” serve para indicar a oração por ele introduzida como um ponto final. Assim, nesses casos, a construção é formada por dois segmentos, um deles indicado como segmento final, para o qual o segmento principal se projeta. É o que se nota nas ocorrências:

(14) *Temer está mostrando a determinação de dar prioridade para esse trabalho, a fim de que o Legislativo cumpra uma agenda voltada para as questões estruturais e sociais.*

Tem-se aí duas situações:

Situação principal: Temer está mostrando a determinação de dar prioridade para esse trabalho

Situação final: o Legislativo cumpra uma agenda voltada para as questões estruturais e sociais.

No segundo grupo, a oração subordinada é introduzida por locuções que tomam a preposição “para” como seu núcleo. Nesse caso, o significado de finalidade é construído pela função semântica de alativo, indicada por essa oração e que implica ‘em direção à’. Ao introduzir a oração subordinada, a conjunção a projeta como o fim de um movimento e, assim, fica instaurado o significado de finalidade:

Situação principal: serão realizadas as concessões

Situação final: uma empresa privada duplicar o trecho que falta e fazer a conservação

A relação de finalidade está assentada sobre duas bases conceituais. Uma parte de seu significado está assentada sobre a zona conceitual da causalidade, uma vez que implica, de certo modo, certa sequencialidade. Ao mesmo tempo, essa relação se constrói com traços do esquema de movimento, metaforicamente direcionado para o mundo das intenções.

Assim, no exemplo em 11 notam-se dois eventos que, independentemente da ordem em que são descritos, são conceitualmente sequenciais. Há um evento principal que se conclui com a finalidade de outro evento encaixado. Cognitivamente, os eventos estão dispostos numa relação de sequencialidade, numa ordem determinada em que o evento principal deve anteceder o evento final. Assim, o evento “E querem tirar a Argentina do Mercosul e levar para o Nafta” necessariamente antecede o evento “**a fim de** enfraquecer a posição do Brasil”. Essa sequencialidade que se nota entre os eventos tem sua base assentada no domínio da causalidade.

Por outro lado, a significação expressa pela oração de finalidade também está assentada sobre o esquema de movimento. Nele, compreende-se uma trajetória que vai de um ponto de partida a um ponto final. Esse movimento é projetado para um domínio mais abstrato, das intenções, e assim, constrói-se o significado expresso pela oração de finalidade. É o que se nota na seguinte ocorrência:

- (15) O Paulo César, que tem 19 anos, *foi para os Estados Unidos para estudar*, através de um intercâmbio esportivo. Lá ele joga futebol no time da escola e já recebeu convite para jogar em time profissional, mas não aceitou porque o objetivo maior dele nos Estados Unidos é o estudo. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Vê-se aí que a oração principal indica uma ação de movimento com direção a, construída pela própria significação do verbo da oração principal ‘ir’. Fica implicado aí um movimento que se completa na oração de finalidade ‘estudar’.

5.1 – Expediente formal usado nas construções

A identificação do expediente formal em conjunção ou preposição nos permitiu indicar o grau de integridade da oração de finalidade avaliando, desse modo, o ajustamento da mesma. Veja nos exemplos:

(16) *Como que todos os raciocínios feitos durante a noite se desfaziam agora, impotentes diante da surda oposição dos objetos familiares, juízes implacáveis da desordem interior que lhe tinha ditado tão absurda resolução. E instintivamente ela procurou conservar o rosto na sombra, a fim de que a amiga não lhe percebesse a palidez. Áurea, que se abaixara para soprar o fogo, pôs-se a tossir, sufocada pela fumaça que se desprendia da lenha ainda verde.*
(19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

(17) *Mas não de graça, pagando para eles. É preciso dar um ganho para que essa criança saia da rua, com uma profissão. Para essa profissionalização pretendo fechar convênios com a Escolinha da Rede, o Senai e ensinar um ofício rapidamente, seja costura industrial, serigrafia, mecânica de autos, ampliando o leque de conhecimento desses menores.* (19Or:Br:Intrv:Cid)

Nos exemplos (16) e (17), as orações ligadas pelos conectivos “a fim de que” e “para que” mostram a finalidade expressa na segunda oração. Assim, apresentam, de fato, o propósito expresso na oração principal, ou seja, indicam a finalidade em um âmbito mais abstrato das ideias e suposições.

Nas ocorrências (18) e (19), podemos ver que as orações introduzidas pela preposição *para* e locução prepositiva *a fim de* indicam um ponto final mais concreto. Tem-se a demonstração do menor grau de finalidade e cumpre o ajustamento da oração de finalidade estabelecendo a conexão entre as orações, ligando elementos de conteúdo.

(18) *Com isso, racionalizando os seus custos estruturais ao invés de haver dezenas de sedes em uma única região, pode reduzir essa quantidade tendo sedes mais coletivas, equipamentos mais coletivos e assessorias mais coletivas. Com essa mudança, por exemplo, se poderia investir em meios eletrônicos de*

comunicação para poder disputar efetivamente o espaço e ampliar o poder de circulação de informações. (19Or:Br:Intrv:Cid)

(19) A conjuntura agora é mais propícia. No momento em que o PT e outras forças estão pressionando o governo e o Congresso para instalar uma CPI a fim de apurar a venda de votos para aprovar a emenda da reeleição, eles vêm para tentar nivelar por baixo. (19Or:Br:Intrv:Pov)

5.2 - Significado indicado pelo conector

Como se discutiu acima, o significado indicado pelos conectores “*para, para que, a fim de que e afim de*” nos permitiu avaliar o tipo de conector que mais se aproxima da função de finalidade. Nessa avaliação, observaram-se os conectores que marcam a finalidade a partir da abstratização de “movimento em direção a” e os conectores que cumprem a função de finalidade por indicarem o próprio sentido de finalidade eles mesmos.

As ocorrências a seguir ilustram tais distinções:

(20) Certamente que essa pólvora terá toda ela emprego útil; mas, se ela é indispensável para certos fins industriais, convinha que se averiguassem bem as causas das explosões, se são acidentais ou propositais, a fim de que fossem removidas na medida do possível. Isto, porém, é que não se tem dado e creio que até hoje não têm as autoridades chegado a resultados positivos. Pólvoras. (19:Fic:Br:Barreto:Urbana)

(21) Como fizesse menção de abaixar a cabeça a fim de não cumprimentá-lo, percebeu que era desnecessário, pois o homem passara de cabeça erguida, olhando para o outro lado como se não a tivesse visto. Intimamente Clara não pôde deixar de sorrir, ao se lembrar da cena da véspera. Decerto julgara que se tratava de uma presa fácil, que não seria difícil a conquista de uma mulher cujo marido vivia ausente. (19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

Nas ocorrências (20) e (21) as orações são introduzidas pelas locuções formadas a partir do substantivo ‘fim’. O fato de a relação ser construída lexicamente confirma com maior intensidade a finalidade expressa nas orações subordinadas finais.

(22) *Acho que essa discussão se iniciou na primeira campanha do Lula à presidência da República, quando um grupo propôs o casamento homossexual, mas a proposta foi retirada da campanha presidencial, porque, naquele momento, o assunto era muito pesado. Todos já pensavam em como fazer leis **para que** eles não fossem excluídos, e essa possibilidade se concretizou com esse projeto, que não saiu da minha cabeça, foi um projeto discutido. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

(23) *O que eu vejo é uma ausência de espiritualidade. As pessoas precisam de luz, precisam se comunicar com Deus e se protegerem. A oração é essencial **para** atrair as coisas boas. Todos nós temos que orar, independente da religião. Os mantras, orientais ou ocidentais, são formas de atrair a proteção. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

Nas ocorrências (22) e (23), as orações são introduzidas por locuções formadas a partir da preposição “para”. Nesse caso, o significado do subordinador corresponde a um movimento em direção “a”. Nesse caso as orações não apresentam níveis de relação de finalidade. De fato, o que indicam é uma metáfora que relaciona a noção espacial de ponto de chegada à noção lógica de finalidade.

5.3 – Domínios semânticos de Sweetser

Sweetser (1990) propõe um modelo de análise de conjunções segundo o qual as conjunções são elementos que podem atuar em três domínios específicos: domínio de conteúdo, domínio epistêmico e domínio pragmático. A autora defende que uma forma linguística assume novos significados graças a uma projeção corriqueira existente entre os três domínios da linguagem referidos, sendo que o primeiro refere-se a domínios de causa e efeito, seria o mundo físico. O segundo é atribuído a certo conhecimento prévio acerca do evento proposto, seria ao mundo mental. Finalmente, o terceiro está atrelado às condições de felicidade ou adequação dos atos de fala. Veja a distribuição das orações de finalidade considerando os domínios cognitivos em que atuam a oração/conjunção:

Tabela 01: distribuição das construções finais por domínio

Domínio	A fim de que	A fim de	Para que	Para	Total
Conteúdo	40	12	23	20	95
Epistêmico	14	33	10	20	77
Pragmático	10	05	05	8	28

Fonte: elaborado pelo autor

Como se vê na tabela, os dados mostram que o total de 95 de todas as conjunções se expressam no Domínio de Conteúdo. Esse fato revela que expressão de finalidade acontece, em sua maioria, ligando eventos mundo físico/concreto. É o que ilustram as seguintes ocorrências:

(24) *Baixar naturalmente determinadas normas - que são atinentes à sociedade - a fim de que a sociedade possa realmente continuar prestando - todos aqueles serviços considerados como indispensáveis aos seus associados. (19Or:Br:LF:Recf)*

(25) *É errada a interpretação de que nós estouramos esse limite. Ao contrário, nós reduzimos as operações para que todas as empresas ficassem dentro desse limite e hoje só a EIT ainda está com débito em torno de R\$ 12 milhões. (19Or:Br:Intrv:Pov).*

(26) *A CUT defende um regime de liberdade e autonomia sindical, coisa que não ocorre no País, para garantir o exercício de direito de organização sindical. É preciso no Brasil extinguir o imposto sindical, porque ele é uma forma de tirar dinheiro do trabalhador, queira ele ou não. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

(27) *O Brasil precisa do Mercosul, porque é necessário que ele tenha um espaço maior para poder negociar. Os Estados Unidos querem o mercado brasileiro, mas fazem restrições aos produtos brasileiros. E querem tirar a Argentina do Mercosul e levar para o Nafta a fim de enfraquecer a posição do Brasil. A Argentina não pode sair do Mercosul porque 1/4 das suas exportações*

é feita para o Brasil. Evidente se for para o Nafta, o Brasil pode cortar as exportações argentinas, que seria a principal prejudicada.(19Or:Br:Intrv:Pov)

Nas ocorrências acima, a relação final é estabelecida entre eventos que, observáveis num mundo possível, estão mais próximos à experiência física, concreta. Em (25), o evento ‘*nós reduzimos as operações*’ é apresentado com o propósito de se alcançar um outro evento, secundário, descrito pela oração de finalidade ‘todas as empresas ficassem dentro desse limite e hoje só a EIT ainda está com débito em torno de R\$ 12 milhões’. Em orações desse domínio, nota-se certa causalidade implicada entre os dois eventos, numa relação de causa-efeito.

O mesmo se observa na ocorrência (26). Nesse caso, a oração principal ‘*A CUT defende um regime de liberdade e autonomia sindical*’ é apresentada como um evento principal que atinge um determinado fim, representado no evento ‘*garantir o exercício de direito de organização sindical*’. Nota-se, entre eles, uma relação de causa e efeito, sendo o evento principal a causa para se alcançar determinado fim que é considerado o efeito, descrito na oração final.

No domínio epistêmico as orações ligam fatos e conhecimentos. Esse é um tipo relativamente mais abstrato que o anterior, daí a razão de ocorrerem com a segunda maior frequência. Orações de finalidade, em sua maioria, implicam movimento, o que de certa forma, é codificado por meio de entidades mais concretas.

Observe-se as ocorrências as expressões no domínio epistêmico:

(28) *O que há é um sistema viciado que precisa ser combatido para que a Polícia cumpra seu dever funcional e constitucional, de ajudar e proteger as pessoas e dar garantia...* (19Or:Br:Intrv:Pov)

(29) *O trabalho era orientado pelo serviço de alto-falantes do estádio, que transmitia mensagens, ordens, slogans, informações sobre o desenrolar do movimento e música, a fim de que as equipes de recepção não se sentissem isoladas em seus esforços para o êxito da operação desencadeada pela CND.* (19:Fic:Br:Beltrao:Greve).

(30) O sistema de vida de alimentação - eu não sei se - pela circunstância de ter ido ao Rio Grande mais a passeio do que a trabalho porque toda vez que eu vou trabalhar eu só fui a Porto Alegre a serviço mas *toda vez que eu vou eu procuro estender a minha viagem de alguma forma **a fim de poder conhecer bem não só os costumes como - a cidade de - de Porto Alegre*** – (19Or:Br:LF:SP)

(31) *Então a votação do orçamento foi o teste que o governo queria **para** ver se surtiu efeito o acordo com a bancada do PMDB.* (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (28), a oração de finalidade não indica a ligação entre dois eventos do mundo físico. Nela, o falante faz uma conjuntura acerca de um fato, relacionando uma proposição – “O que há é um sistema viciado que precisa ser combatido” - como a causa que leva à outra proposição final, expressa na oração subordinada – “a Polícia cumpra seu dever funcional e constitucional, de ajudar e proteger as pessoas e dar garantia”.

O mesmo se nota na ocorrência em (30). Nela, o significado está fundamentado na avaliação que o falante faz de uma situação interna ou cognitiva e, por isso, é mais subjetivo. Em orações desse domínio, o conhecimento que o falante tem de uma situação - *toda vez que eu vou eu procuro estender a minha viagem de alguma forma* – o leva a concluir um resultado – “a fim de poder conhecer bem não só os costumes como - a cidade de – de Porto Alegre”. Nessas orações, a leitura que se tem aí é a seguinte: considerada a verdade do fato principal, alcança-se o fato resultado.

No domínio pragmático analisam-se orações que servem como referência para um ato de fala. Nos dados analisados, encontramos um total de 28 das orações que expressam ato de fala, ficando num estágio mais afastado da proximidade conceitual de finalidade. Observem-se nas ocorrências as expressões no domínio pragmático:

(32) *Já mandei reforçar a prisão, **a fim de que** os detidos lá permaneçam em segurança.* (19:Fic:Br:Louzeiro:Devotos)

(33) ***Para** essa profissionalização pretendo fechar convênios com a Escolinha da Rede, o Senai e ensinar um ofício rapidamente, seja costura industrial,*

serigrafia, mecânica de autos, ampliando o leque de conhecimento desses menores. (19Or:Br:Intrv:Cid)

(34) *Minha visão, com relação a Fortaleza, é de que estamos trabalhando **para que** a população tenha acesso aos serviços e que suas reclamações cheguem até a Prefeitura. Nossa função é de intermediar e o prefeito tem se mostrado receptivo em perceber as demandas. Somos intermediadores entre os movimentos sociais e o poder público. (19Or:Br:Intrv:Pov)*

(35) *Com a suspensão dos trabalhos da Comissão, as subcomissões farão a divisão dos assuntos e mandarão para as devidas instâncias competentes. Para a Corregedoria, Procuradoria Geral do Estado ou fórum Clóvis Beviláqua **a fim de** que o promotor de lá ofereça ou não denúncia. (19Or:Br:Intrv:Pov)*

Nos exemplos apresentados acima tem-se a produção de um enunciado, linguisticamente funcional, em um determinado contexto de interação comunicativa para que o fato leve a realização da ação.

5.4 – Função pragmática

Nesta seção os recursos pragmáticos a serem analisados irão nos permitir compreender o modo como o falante constrói suas mensagens em relação ao que se espera da recepção do ouvinte. Trata-se da maneira de organização da informação.

Aqui foram observados os recursos pragmáticos - tópico/foco - nas orações de finalidade. Veja na tabela a seguir:

Tabela 02: distribuição das funções pragmáticas

Função pragmática	A fim de que	A fim de	Para que	para	Total
Tópico	06	03	13	08	30
Foco	44	47	37	42	170

Fonte: elaborado pelo autor

Como se vê na tabela, no total geral os dados analisados na função de foco são de 170 e, na função de tópico 30. As orações que veiculam informação focal ocorrem predominante com todas as locuções conjuntivas, locuções prepositivas e preposições.

(36) *Com a suspensão dos trabalhos da Comissão, as subcomissões farão a divisão dos assuntos e mandarão para as devidas instâncias competentes, para a Corregedoria, Procuradoria Geral do Estado ou fórum Clóvis Beviláqua a fim de que o promotor de lá ofereça ou não denúncia.* (19Or:Br:Intrv:Pov)

(37) *Arrumou febrilmente a mala, preparou a roupa do filho, a fim de não deixar nenhum trabalho para o dia seguinte.* (19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

(38) *Dentro das minhas limitações, fiz tudo o que era possível para que o meu partido não só o acolhesse como também abrisse suas portas para ele se candidatasse.* (19Or:Br:Intrv:Com)

(39) *Eu respeito e entendo a paixão de cada um, mas vou procurar dividir bem e me policiar para não privilegiar nenhuma modalidade, inclusive o basquete masculino no qual estou trabalhando no momento e estou muito envolvida.* (19Or:Br:Intrv:Cid)

Nos exemplos acima, nota-se aí que a informação trazida pela oração final traz a informação mais relevante. É o que se nota, por exemplo, em (37), em que a oração ‘*não deixar nenhum trabalho para o dia seguinte*’ traz informação nova e de relevo para o discurso corrente. A oração de finalidade configura-se, portanto, como informação nova e pode ser analisada como o foco ou a porção de informação focal e de maior destaque argumentativo.

As orações finalidade também servem para introduzir a informação velha, sobre a qual o discurso se constitui. Veja-se o exemplo a seguir:

(40) ***Para que a gente coloque essa lei em vigor tem que haver um entendimento dos governos municipal e estadual e ao Brasil, a sua participação no VII Festival. (19Or:Br:Intrv:Com)***

No caso acima, a informação trazida pela oração de finalidade retoma uma informação mencionada em porção anterior do discurso corrente, o que fica evidente pelo uso da referência pronominal ‘essa’. Ao mencionar a informação ‘*essa lei em vigor*’ o falante retoma uma informação previamente enunciada. Em casos como esses, a oração de finalidade configura-se, portanto, como informação velha e pode ser analisada como o tópico ou o fundo para a informação que será enunciada na oração principal, que traz informação nova.

5.5 - Posição das orações de finalidade

A análise das ordens antepostas, intercaladas e pospostas nos permitiu observar a relevância das informações distribuídas nas orações de finalidade. Assim, verifica-se as relações entre as unidades funcionais das mesmas, dentro dessa perspectiva funcional se prevê os diferentes propósitos no ato da comunicação. Essa visão de perspectiva funcional estabelece estratégias comunicativas do falante na estruturação do fluxo de informação.

Pode-se dizer que a ordem das orações subordinadas está ligada ao estatuto informacional, assim, as orações podem ser analisadas quanto à anteposição, posposição e intercaladas. Observe a tabela:

Tabela 03: posição das orações finais

Posição das orações	A fim de que	A fim de	Para que	Para	TOTAL
Antepostas	0	0	01	01	02
Pospostas	47	50	44	45	186
Intercaladas	02	0	0	0	02

Observe as ocorrências de orações finais nas ordens a serem analisadas:

Ordem anteposta:

(41) *JC - O prefeito Roberto Magalhaes decretou, em junho, a proibição da operação de kombis no Recife, mas o Detran nunca chegou a cumprir o decreto. Como o senhor vai agir diante da questão? Lima - **Para que a gente coloque essa lei em vigor** tem que haver um entendimento dos governos municipal e estadual e ao Brasil, a sua participação no VII Festival. (19Or:Br:Intrv:Com)*

Ordem posposta:

(42) *O encarregado da balsa, que fazia a passagem do Porto Velho para Porto Novo, já tirara as pesadas correntes que a fechavam, e colocava com vagar os grandes pranchões destinados a servir de ponte para as rodas do carro, e veio até junto dos animais, a segurá-los pelos cabrestos, **a fim de que entrassem na embarcação sem susto.** (19:Fic:Br:Penna:Menina).*

Ordem intercalada:

(43) *O pai de Clara, **a fim de que o casal não abandonasse Vila Velha,** onde sempre tinham vivido, lhes dera aquela casinha no fim da rua, com grades cheias de trepadeiras, janelas azuis e um quintal grande, onde as mangueiras deixavam uma sombra protetora.*

De acordo com Dias (2001), as orações de finalidade na posição anteposta mostram de modo claro a informação que introduz, em algumas vezes, o tópico e que identifica a informação explícita no texto na oração principal. Como no exemplo (41), em que se tem a oração final anteposta e a oração principal como solução da proposição da oração final. Ainda, nesse caso, a oração final anteposta pode ter a função de introduzir o tópico. Na tabela apresentada, na coleta dos dados, foram encontrados apenas dois casos de orações antepostas, um caso para locução prepositiva “para que” e um caso para preposição “para”.

(44) ***Para que** a gente coloque essa lei em vigor tem que haver um entendimento dos governos municipal e estadual e ao Brasil, a sua participação no VII Festival. (19Or:Br:Intrv:Com)*

(45) ***Para** essa profissionalização pretendo fechar convênios com a Escolinha da Rede, o Senai e ensinar um ofício rapidamente, seja costura industrial, serigrafia, mecânica de autos, ampliando o leque de conhecimento desses menores. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

As orações de finalidade posposta operam de modo mais semântico do que discursivo. O modo semântico citado relaciona-se com a definição da informação apresentada na oração principal que nos mostra a finalidade do sujeito que pode ou não ser o elemento que dirige a situação, e que modera sua ação por apresentar sua atenção no movimento de finalidade.

As orações de finalidades intercaladas podem agir como a interpretação de uma informação que as antecede ou que seja deduzida pelo contexto. Assim a posição intercalada põe em evidência a informação que deseja. O exemplo (24) nos mostra a informação mais relevante que era a finalidade de o casal continuar morando em Vila Velha. Conforme tabela apresentada, apenas dois casos de orações intercaladas foram encontrados.

A posposição é indicada como a posição padrão para a oração final ocorrer. Isso se explica pela natural indicação das orações finais em que nelas se indicam a intenção da declaração expressa na oração principal.

5.6 – Correlação modo-temporal das orações finais

Por meio desse fator, os tempos e modos verbais em relação às orações principais e em relação às orações finais. Segundo Pérez Quintero (2002), as orações adverbiais podem ser formalmente descritas no que diz respeito aos tempos e modos verbais que nelas figuram.

Embora os tempos e modos verbais sejam analisados como parâmetro formal, podemos afirmar que a correlação modo-temporal nas construções finais não está relacionada apenas à sua expressão formal, mas também à sua estrutura semântica.

A respeito das correlações modo-temporais marcadas por “para que”, verificaram-se as possibilidades demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 04: tempo e modo verbal na oração para que

Oração principal	Total	Oração final	Total
Presente do indicativo	08	Presente do indicativo	-
Pretérito perfeito do indicativo	09	Pretérito perfeito do indicativo	-
Futuro do presente do indicativo	01	Futuro do presente do indicativo	-
Presente do subjuntivo	03	Presente do subjuntivo	34
Pretérito imp. do subjuntivo	01	Pretérito imp. do subjuntivo	08
Futuro do subjuntivo	01	Futuro do subjuntivo	-
Infinitivo	17	Infinitivo	-
Presente do indicativo + infinitivo	05	Presente do indicativo + infinitivo	-
Presente do indicativo + gerúndio	02	Presente do indicativo + gerúndio	-
Futuro do presente do indicativo + infinitivo	01	Futuro do presente do indicativo + infinitivo	-
Futuro do presente do indicativo + gerúndio	01	Futuro do presente do indicativo + gerúndio	-
Presente do subjuntivo + particípio	01	Presente do subjuntivo + particípio	-
Presente do subjuntivo + infinitivo	-	Presente do subjuntivo + infinitivo	05
Presente do subjuntivo + gerúndio	-	Presente do subjuntivo + gerúndio	03
Total geral	50		50

Como se pode observar na tabela, a seleção modo-temporal nas orações principais se apresentou com maior frequência em modo infinitivo, isso pode ser justificado pelo fato de estar sendo feita uma referência à informação que já fora apresentada anteriormente; seguido pelo pretérito perfeito do indicativo e com terceira maior quantidade pelo presente do indicativo; já nas orações de finalidade, em maior quantidade, se apresentaram os verbos no presente do subjuntivo, seguido pelo pretérito imperfeito do subjuntivo e na terceira maior quantidade pelo presente do subjuntivo

mais infinitivo. Pode-se afirmar que a correlação modo-temporal entre as orações principais e as orações de finalidades manteve o mesmo tempo e modo verbal. Seguem algumas dessas correlações modo-temporais introduzidas pela locução conjuntiva “para que”.

Infinitivo – Presente do subjuntivo

(46) *Fazer projeto de lei na Câmara **para que** em cada regional a gente coloque uma escola de música, que forme uma banda ou um grupo artístico que pudesse fazer apresentações naquele espaço para seu bairro e região. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

Pretérito perfeito do indicativo – Pretérito imperfeito do subjuntivo

(47) *O convênio foi feito **para que** ele tivesse condições de pesquisar a musicalidade e intermanifestações musicais de Pernambuco... (19Or:Br:Intrv:Com).*

Presente do indicativo – Presente do subjuntivo

(48) *É preciso um trabalho de saneamento muito importante **para que** não entre no vermelho. (19Or:Br:Intrv:Pov)*

A respeito das correlações modo-temporais marcadas por “para” verificou-se as possibilidades demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 05: tempo e modo verbal na oração para

Oração principal	Total	Oração final	Total
Presente do indicativo	10	Presente do indicativo	05
Pretérito perfeito do indicativo	09	Pretérito perfeito do indicativo	-
Pretérito imperfeito do indicativo	03	Pretérito imperfeito do indicativo	
Futuro do presente do indicativo	01	Futuro do presente do indicativo	-
Presente do subjuntivo	01	Presente do subjuntivo	-
Pretérito imp. do subjuntivo	-	Pretérito imp. do subjuntivo	-
Futuro do subjuntivo	-	Futuro do subjuntivo	02
Infinitivo	06	Infinitivo	43
Presente do indicativo + infinitivo	18	Presente do indicativo + infinitivo	-
Presente do indicativo +	02	Presente do indicativo + gerúndio	-

gerúndio			
Futuro do presente do indicativo + infinitivo	-	Futuro do presente do indicativo + infinitivo	-
Futuro do presente do indicativo + gerúndio	-	Futuro do presente do indicativo + gerúndio	-
Presente do subjuntivo + particípio	-	Presente do subjuntivo + particípio	-
Presente do subjuntivo + infinitivo	-	Presente do subjuntivo + infinitivo	-
Presente do subjuntivo + gerúndio	-	Presente do subjuntivo + gerúndio	-
Total geral	50		50

Como se pode observar na tabela, a correlação modo-temporal nas orações principais se apresentou com maior frequência no presente do indicativo+infinitivo, seguido pelo presente do indicativo e na terceira maior quantidade pelo pretérito perfeito do indicativo; nas orações de finalidade, em maior quantidade se apresentou os verbos no infinitivo, seguido pelo presente do indicativo e na terceira maior quantidade pelo futuro do subjuntivo. Pode-se afirmar que a correlação modo-temporal entre as orações principais e as orações de finalidades manteve o mesmo tempo e modo verbal. Segue algumas dessas correlações modo-temporais introduzidas pela preposição “para”.

Presente do indicativo - Infinitivo

(49) *Eu respeito e entendo a paixão de cada um, mas vou procurar dividir bem e me policiar para não privilegiar nenhuma modalidade, inclusive o basquete masculino no qual estou trabalhando no momento e estou muito envolvida. (19Or:Br:Intrv:Cid)*

Presente do indicativo – Presente do indicativo

A respeito das correlações modo-temporais marcadas por “a fim de que” verificou-se as possibilidades demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 06: tempo e modo verbal na oração a fim de que

Oração principal	Total	Oração final	Total
Presente do indicativo	08	Presente do indicativo	-

Pretérito perfeito do indicativo	13	Pretérito perfeito do indicativo	-
Pretérito imperfeito do indicativo	03	Pretérito imperfeito do indicativo	-
Futuro do presente do indicativo	04	Futuro do presente do indicativo	-
Futuro do pretérito do indicativo	05	Futuro do pretérito do indicativo	-
Presente do subjuntivo	02	Presente do subjuntivo	22
Pretérito imp. do subjuntivo	04	Pretérito imp. do subjuntivo	19
Futuro do subjuntivo	-	Futuro do subjuntivo	
Infinitivo	09	Infinitivo	01
Presente do indicativo + infinitivo	02	Presente do indicativo + infinitivo	-
Presente do indicativo + gerúndio	-	Presente do indicativo + gerúndio	-
Futuro do presente do indicativo + infinitivo	-	Futuro do presente do indicativo + infinitivo	-
Futuro do presente do indicativo + gerúndio	-	Futuro do presente do indicativo + gerúndio	-
Presente do subjuntivo + particípio	-	Presente do subjuntivo + particípio	03
Presente do subjuntivo + infinitivo	-	Presente do subjuntivo + infinitivo	04
Presente do subjuntivo + gerúndio	-	Presente do subjuntivo + gerúndio	01
Total geral	50		50

Como se pode observar na tabela, a correlação modo-temporal nas orações principais se apresentou com maior frequência no pretérito perfeito indicativo, seguido pelo infinitivo e na terceira maior quantidade pelo presente do indicativo; já nas orações de finalidade, em maior quantidade, apresentaram-se os verbos no presente do subjuntivo, seguido pelo pretérito imperfeito do subjuntivo e na terceira maior quantidade pelo presente do subjuntivo mais infinitivo. Pode-se afirmar que a correlação modo-temporal entre as orações principais e as orações de finalidades manteve o mesmo

tempo e modo verbal. Seguem algumas dessas correlações modo-temporais introduzidas pela locução conjuntiva “a fim de que”.

Pretérito perfeito do indicativo - Presente do subjuntivo

(50) *Já fui à polícia inúmeras vezes, a fim de que tais abusos sejam contidos. (19:Fic:Br:Louzeiro:Devotos).*

Infinitivo - Pretérito imperfeito do subjuntivo

(51) *Por duas vezes segurou o vestido longo e pôs o pé no degrau da escada da Capela, mas logo alguma coisa, o negro que passava com as costas curvadas sob o saco de provisões para o cito, a mucama vinda para sacudir o tapete, bem no meio do terreiro, a fim de que todos vissem como sabia fazer o seu ofício, a distraía e dava desculpa e pretexto à sua hesitação. (19:Fic:Br:Penna:Menina)*

Presente do indicativo inf. Mais pres. Do subj. Mais inf.

(52) *O que há a fazer é entrar num entendimento cordial com o nosso simpático amigo Nicolau a fim de que ele, certo de que não será prejudicado, possa revelar o lugar em questão. (19:Fic:Br:Castilho:Avulsos)*

A respeito das correlações modo-temporais marcadas por “a fim de” verificaram-se as possibilidades demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 07: tempo e modo verbal na oração a fim de

Oração principal	Total	Oração final	Total
Presente do indicativo	03	Presente do indicativo	-
Pretérito perfeito do indicativo	17	Pretérito perfeito do indicativo	-
Pretérito imperfeito do indicativo	03	Pretérito imperfeito do indicativo	-
Futuro do presente do indicativo	01	Futuro do presente do indicativo	05
Futuro do pretérito do indicativo	02	Futuro do pretérito do indicativo	04
Presente do subjuntivo	01	Presente do subjuntivo	01
Pretérito imp. do subjuntivo	02	Pretérito imp. do subjuntivo	02
Futuro do subjuntivo	-	Futuro do subjuntivo	-
Infinitivo	08	Infinitivo	36
Gerúndio	05	Gerúndio	-

Presente do indicativo + infinitivo	03	Presente do indicativo + infinitivo	-
Pretérito imperf. do indicativo + infinitivo	05	Pretérito imperf. do indicativo + infinitivo	-
Presente do indicativo + gerúndio	-	Presente do indicativo + gerúndio	-
Futuro do presente do indicativo + infinitivo	-	Futuro do presente do indicativo + infinitivo	-
Futuro do presente do indicativo + gerúndio	-	Futuro do presente do indicativo + gerúndio	-
Presente do subjuntivo + particípio	-	Presente do subjuntivo + particípio	-
Presente do subjuntivo + infinitivo	-	Presente do subjuntivo + infinitivo	01
Presente do subjuntivo + gerúndio	-	Presente do subjuntivo + gerúndio	-
Total geral	50		50

Como se pode observar na tabela, a correlação modo-temporal nas orações principais se apresentou com maior frequência no pretérito perfeito indicativo, seguido pelo infinitivo e na terceira maior quantidade pelo pretérito imperfeito do indicativo mais infinitivo; já nas orações de finalidade, em maior quantidade apresentaram-se os verbos no infinitivo, seguido pelo futuro do presente do indicativo e na terceira maior quantidade pelo futuro do pretérito do indicativo. Pode-se afirmar que a correlação modo-temporal entre as orações principais e as orações de finalidades manteve o mesmo tempo e modo verbal. Seguem algumas dessas correlações modo-temporais introduzidas pela locução prepositiva “a fim de”.

Pretérito perfeito do indicativo - Infinitivo.

(53) *Oduvaldo Viana - partiu para a América - **a fim de** se documentar tecnicamente sobre o cinema falado. (19Or:Br:LF:SP)*

Infinitivo (na oração principal) + infinitivo

(54) *No momento em que o PT e outras forças estão pressionando o governo e o Congresso para instalar uma CPI **a fim de** apurar a venda de votos para aprovar a*

emenda da reeleição, eles vêm para tentar nivelar por baixo. Dizer, olha, é tudo igual, não há diferença. (19Or:Br:Intrv:Pov)

Futuro do presente do indicativo (na oração de finalidade)

(55) Arrumou febrilmente a mala, preparou a roupa do filho, **a fim de** não deixar nenhum trabalho para o dia seguinte. (19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

Pretérito imperfeito do indicativo – Futuro do pretérito do indicativo

(56) *Era um telegrama do padrinho avisando que não podia vir como prometera, mas que estaria ali daí a dois ou três dias, **a fim de** levá-las novamente para o Rio. (19:Fic:Br:Cardoso:Dias)*

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi estabelecer uma descrição funcional das orações de finalidade introduzidas pelas locuções conjuntivas “a fim de que” e “para que”, pela preposição com sentido de finalidade “para” e pela locução prepositiva “a fim de” no português escrito do Brasil. Levando em conta, primordialmente, a Linguística Funcional as descrições das orações finais foram realizadas seguindo os parâmetros de análise: considerando a identificação do expediente formal usado na construção, se preposição ou conjunção; verificando o significado indicado pelo conector e avaliando se as conjunções ou preposições que ligam as orações estabelecem apenas a conexão entre as orações nos períodos compostos ou se de fato se estabelecem com o fim de finalidade; analisando a ocorrência das construções finais nos três domínios semânticos sugeridos e estudados por Sweetser (1990); observando o recurso pragmático predominante nas conjunções a serem analisadas, se tópico ou foco; observando a posição que as orações de finalidade ocupam em relação à oração principal, se anteposta, posposta ou intercalada e por fim verificar a correlação modo-temporal das formas verbais que ocorrem na oração principal e das formas verbais que ocorrem nas orações de finalidade.

Pode-se concluir que as locuções conjuntivas “a fim de que” e “para que”, estão ajustadas como conjunção na função de finalidade e a locução prepositiva e preposição “a fim de” e “para” estão ajustadas como preposição na função de finalidade. Esse mesmo dado mostrou que as locuções conjuntivas se aproximam da função de finalidade estabelecendo de fato um fim; enquanto os demais conectores apenas estabelecem a conexão entre os períodos compostos de finalidade.

Nos domínios semânticos sugeridos e estudados por Sweetser, o domínio de conteúdo revelou-se predominante nas locuções conjuntivas, sendo que o domínio pragmático revelou-se predominante na locução prepositiva e preposição; já o domínio epistêmico ficou em um nível intermediário entre os dois domínios.

A função pragmática de foco apresentou-se com mais frequência em todos os conectores, isso se explica, também, pela ordenação das orações que em sua maioria ocorreu na ordem posposta.

Nas correlações modo-temporais as formas verbais predominantes foram: na locução conjuntiva “para que” – infinitivo (na oração principal) e presente do subjuntivo (na oração final); na locução conjuntiva “a fim de que” – pretérito perfeito do indicativo

(na oração principal) e presente do subjuntivo (na oração final); na locução prepositiva “a fim de” – pretérito perfeito do indicativo (na oração principal) e infinitivo (na oração final) e na preposição “para” – presente do indicativo mais infinitivo (na oração principal) e infinitivo (na oração final).

O estudo da descrição das orações finais introduzidas pelas locuções conjuntivas, locução prepositiva e preposição apresentados nesse estudo não se conclui com este trabalho. Espera-se que a partir desse estudo, outras investigações possam ser iniciadas e ampliadas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, T. M. M. *GRAMATICALIZAÇÃO NAS CONJUNÇÕES DA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS*. SALVADOR, 1999. TESE (DOUTORADO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA) – INSTITUTO DE LETRAS – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1999.

BECHARA, E. *GRAMÁTICA ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA*. RIO DE JANEIRO: LUCERNA, 2006.

BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001.

BRAGA, M. Luiza. Os enunciados de tempo no português. In: NEVES, Maria Helena de M. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Fapesp/Unicamp, v. VII, 1999.

BUTLER, C. S. STRUCTURE AND FUNCTION: A GUIDE TO THREE MAJOR STRUCTURAL-FUNCTIONAL THEORIES. AMSTERDAN: JOHN BENJAMINS, 2003, PP. 63-64 (STUDIES IN LANGUAGE COMPANIONS).

BUTLER, Christopher S. Functional approaches to language. In: *Structure and Function: a guide to three major structural-functional theories*. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

BUTLER, Christopher S. Corpus studies and functional linguistic theories. In: Mackenzie, J. L. Simon-Vanderbergen, A. M., Thompson, G. (eds.). *Functions of language* (vol.11, no. 2). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004, p. 147-186.

BYBEE, J; HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

CASTILHO, A.T. Apresentação, para uma gramática do português brasileiro. In: Jubran e Koch (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Construção do Texto Falado*. v. I, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 07-25.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 77-99, 1986.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA. et al. *Manual de Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-174.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. Conditionals, distancing, and alternative spaces. In: GOLDBERG, A. E. (Org.). *Conceptual structure, discourse and language*. Stanford: CSLI Publications, 1996.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. O.; LIBERATO, Y. G. *Aspectos da Gramaticado Português: Uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 103-166.

DECAT, M. B. N. *Leite com manga morre!* : da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua). AEL, PUC, São Paulo, 1993.

DIAS, N. B. As funções discursivas das cláusulas de finalidade. *Veredas* (Rio de Janeiro), UFJF/ Juiz de Fora, v. 6, n.2, p. 137-149, 2004.

_____. Cláusulas de finalidade: relações gramaticais convergentes na fala e na escrita. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), Unicamp//São Paulo, v. XXXIV, p. 40, 2005.

_____. A articulação das cláusulas de finalidade: uma análise funcionalista. *Scripta* (PUCMG), Belo Horizonte, v. 5, n.9, p. 67-76, 2003.

_____. A integração sintática das cláusulas de finalidade. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), Universidade de Taubaté- SP, v. 32, 2003.

_____. As cláusulas de finalidade. *Síntese*, Campinas/São Paulo, v. 7, p. 107, 2002.

_____. As cláusulas que parecem, mas não são de finalidade. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), Marília/SP, v. XXX, 2001.

_____. As cláusulas finais. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), São José do Rio Preto/São Paulo, v. XXVII, p. 605-611, 1998.

_____. As cláusulas de finalidade. *Descrição do Português: abordagens funcionalistas*. Araraquara: 1999, v. 1, p. -.

_____. *AS CLÁUSULAS DE FINALIDADE*. CAMPINAS, UNICAMP, 2001. (TESE, DOUTORADO EM ESUDOS DA LINGUAGEM).

_____. *AS CLÁUSULAS DE FINALIDADE: RELAÇÕES GRAMATICAIS CONVERGENTES E DIVERGENTES NA FALA E NA ESCRITA*. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, CAMPINAS, VOL. 34, 2005, p.527-532.

_____. *AS CLÁUSULAS DE FINALIDADE: UMA PROPOSTA DE TIPOLOGIA*. MENDES, R. B. (ORG.) *PASSANDO A PALAVRA: UMA HOMENAGEM A MARIA LUIZA BRAGA*. SÃO PAULO: PAULISTANA, 2007. P. 79-103.

DIAS, N. B.; Pezatti, Erotilde. As cláusulas de finalidade no Português do Brasil: uma proposta:. In: (Eds.) M^a João Marçalo & M^a Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M^a do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana. (Org.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. SLG 41 Construções subordinadas nas

variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional cultural. Évora: Universidade de Évora, 2010, v. único, p. 152-171.

DIK, Simon C. On the notion of “functional explanation”. *Working papers in functional grammar*. Amsterdam, v.11, 1986.

_____. *The theory of Functional Grammar*. Part. 1. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1989.

_____. *The theory of Functional Grammar*. Part. 2. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. Trad. de Frederico Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977 (Tradução do original francês de 1972).

FONTES, M. G. Padrões de estruturação da relação adverbial de propósito no português. In: IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (SIMELP), 2013, Goiânia. Caderno de resumos: simpósios - Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas, 2013. v. 1. p. 534-535.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Furtado da Cunha, M. A.; Oliveira, M. R.; Martelotta, M. E.(orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *Dicionário básico de linguística funcional*. Natal: UFRN, 2001.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica.; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro:DP& A, 2003.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GIVÓN, T. *Id. Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. *Id. On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1978.

HALLIDAY, M. *Id. An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.

HALLIDAY, M. *Id. An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Hodder Education, 2004.

HEIM, Irene Roswitha. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*, PhD Thesis, University of Massachusetts, Amherst, 1982.

HEINE, B.; HUNNEMEYER, B.; CLAUDI, U. (Eds.). *Gramaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOYOS ANDRADE, Rafael Eugenio. *Introducción a la lingüística funcional*. Santafé de Bogota: Imprensa patriótica del Instituto Caro y Cuervo, 1992.

KORTMANN, B. 1997 *Adverbial Subordination: A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages* (Empirical Approaches to Language Typology 18). De Gruyter, Berlin.

KORTMANN, B. 2001. Adverbial conjunctions. In *Language Typology and Language Universals: An International Handbook*, M. Haspelmath, E. König, W. Oesterreicher & W. Raible (eds.), 842–54. Berlin: Mouton de Gruyter.

MARTELOTTA, M. E. *Vinculação em cláusulas adverbiais: uma análise de cláusulas finais*. Scripta. Vol. 5 n. 9, 2001, p. 55-66.

MARTELOTTA, M; VOTRE, S. J; CEZARIO, M. M (org). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATTHIESSEN, C; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J. ; THOMPSON, S.A. (eds.). *Clause combination in grammar and discourse* Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NEVES, M. H. M.; HATTNER, M. M. D. Construções comparativas. In: Abaurre, M. B. M.; Rodrigues, A. C. S. (orgs.) *Gramática do português falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

NEWMYER, Frederick J. *Language Form and Language Function*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

OLIVEIRA, T. P. *Conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. (Tese de doutorado, Unesp, Araraquara.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

REINHART, Tanya. Pragmatics and linguistics: an analysis of sentence topics. *Philosophica*, vol. 27, n. 1. Special Issue on Pragmatic Theory, Bloomington, Indiana, 53-94. Distributed also by Indiana University Linguistics Club. 1981.

SWEETSER, Eve. Conditionals. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. New York/Port Chester/ Melbourne/Sydney: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, Geoff. (eds.). *Functions of language*. v. 11, n. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004. p. 147-186.

Thompson, S. A. & Longacre, R. E. Adverbial clauses. In *Language Typology and Syntactic Description, Vol. 2: Complex Constructions*, T. Shopen (ed.), 171–234. Cambridge: Cambridge University Press. 1985

VAN VALIN, Jr, Robert D. & Randy LAPOLLA. *Syntax: Structure, Meaning and Function*. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

VAN VALIN, R. D. Jr. A typology of syntactic relations in clause linkage. *Berkeley Linguistics Society* 10: 542–58. 1984

VAN VALIN, R. D. Jr. Functional linguistics. In *The Handbook of Linguistics*, M. Aronoff & J. Rees-Miller (eds.), 319–36. Oxford: Blackwell. 2001.